

Universidade do Minho  
Escola de Economia e Gestão

O Novo Papel da China no Atlântico: O Caso do Golfo da Guiné

Carla Afonso

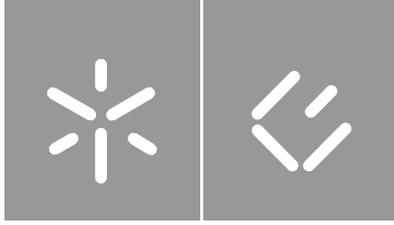
UMinho | 2022

Carla Afonso

**O Novo Papel da China no  
Atlântico: O Caso do Golfo da  
Guiné**

Outubro, 2022





**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Carla Afonso

**O Novo Papel da China no  
Atlântico: O Caso do Golfo da  
Guiné**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho efetuado sobre a orientação de  
**Professora Doutora Laura C. Ferreira-  
Pereira**  
**Professor Doutor Paulo Afonso B. Duarte**

Outubro, 2022

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



**Atribuição-NãoComercial-Compartilhaigual**

**CC BY-NC-SA**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar por agradecer à minha família, em especial àqueles que são as pessoas mais importantes da minha vida, os meus pais. Foram eles que desde cedo me inculcaram bons hábitos de trabalho e que fizeram tudo para me proporcionar as oportunidades que lhes haviam sido negadas. Apesar de esta vida ser uma luta constante, graças a eles sinto que não estou completamente desarmada.

Gostaria também de agradecer às duas pessoas que são o sal da minha vida: a minha irmã Inês e a minha afilhada Maria. É em torno delas que a minha existência flui e é por elas que continuo a lutar todos os dias.

O reconhecimento estende-se de igual forma para os restantes familiares que sempre me apoiaram, as minhas tias e tios, os meus primos e os meus avós.

Do mesmo modo, não posso esquecer as minhas amigas e colegas que estiveram ao meu lado, ao longo dos altos e baixos de todo este processo. A Bruna e a Daniela que me proporcionaram sempre os melhores momentos de distração quando o stress e o peso da tarefa se abatiam sobre mim e, claro, as minhas *fellow* orientadas: A Sara, a Ana e a Lulu, sempre lá para um desabafo e troca de ideias. Uma consideração especial também para as minhas colegas na AICEP: Bruna, a Mariana e Gaby. Nesta nova e desafiante fase da minha vida, a vossa presença foi o meu porto seguro.

Estendo igualmente um muito obrigada à Professora Doutora Laura Ferreira-Pereira e ao Professor Doutor Paulo Duarte pela sua constante orientação ao longo destes meses. Esta dissertação nunca teria sido possível sem o apoio de ambos.

Por último, um agradecimento final àqueles pessoas que, mesmo do outro lado do globo, têm sido para mim a maior fonte de conforto ao longo de todo o meu percurso académico. Sem eles sinto que não estaria aqui hoje. Durante meses, a promessa feita ao SJ susteve-me. Simultaneamente, sentir que deixei o NJ orgulhoso é a maior conquista da minha vida. Como sempre, sigo o lema que ele me deu *“I believe in myself; my back hurting is for my wings to sprout”*.

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## O NOVO PAPEL DA CHINA NO ATLÂNTICO: O CASO DO GOLFO DA GUINÉ

### RESUMO ANALÍTICO

No contexto da Estratégia *Going Out* da China, Pequim tem vindo a procurar alternativas na tentativa de diversificar as suas fontes de energia, permitindo simultaneamente às empresas chinesas encontrar novos mercados mundiais. Algumas destas alternativas têm vindo a ser encontradas no Oceano Atlântico, em particular no Golfo da Guiné, onde a descoberta de novas reservas de hidrocarbonetos *offshore* aumentou a sua relevância no cenário internacional. Tendo como quadro teórico o Neorrealismo, esta dissertação procura explorar a relevância adquirida pelo Golfo da Guiné, entre o início dos anos 2001 e 2021, dentro do contexto da crescente presença chinesa no Oceano Atlântico. Do mesmo modo, esta dissertação tentará identificar as oportunidades que o GG pode fornecer à China no continente *vis à vis* outras potências externas, em particular os EUA. Esta dissertação concluirá que o GG se tornou uma região crucial nas políticas da China em relação a África, não apenas como fonte de riqueza e apoio à segurança alimentar e à política de Uma Só China mas, igualmente, como um ponto de experiência para a mudança gradual de foco da China de geoeconomia para geopolítica.

Palavras-Chave: China; África; Oceano Atlântico; Golfo da Guiné; Recursos Energéticos

## CHINA'S NEW ROLE IN THE ATLANTIC: THE CASE OF THE GULF OF GUINEA

### ABSTRACT

In the context of China's Going Out Strategy, Beijing has been looking for alternatives in order to diversify its energy sources, whilst enabling Chinese companies to find new markets worldwide. Some of these alternatives have been found in the Atlantic Ocean, notably in the Gulf of Guinea (GoG), where the discovery of new offshore hydrocarbon reserves has increased its importance in the global scene. Through Neorealism, this dissertation aims at exploring the significance acquired by GoG between 2001 and 2021 within the context of Chinese increasing maritime presence in the Atlantic Ocean. Moreover, it will outline the opportunities that the GoG may provide to boost China's leverage in the African continent vis-à-vis other external powers, notably the US. This Dissertation shall conclude that the GoG has developed itself into a crucial region in China's African policy not only as source of riches, and support for food security and the *One-China Policy*, but also as a testing ground for China's gradual shift of focus from geo-economics to geopolitics.

Keywords: China; Africa; Atlantic Ocean; Gulf of Guinea; Energy resources

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIACÕES</b> .....	viii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1- A PRESENÇA DA CHINA NUM ATLÂNTICO FRAGMENTADO</b> .....	10
1.1. Atlântico Fragmentado.....	10
1.2. A China como uma Potência Naval em Construção .....	13
1.3. O Interesse da China no Atlântico .....	16
1.4. A Atuação da China no Atlântico: Neorrealismo e o Dilema de Segurança .....	19
Conclusão Parcial.....	20
<b>CAPÍTULO 2 - O GOLFO DA GUINÉ: QUESTÕES DE SEGURANÇA ECONÓMICA E ENERGÉTICA</b>	21
2.1. A dimensão energética dos investimentos chineses no Golfo da Guiné .....	21
2.2. Oportunidades económicas no Golfo da Guiné: Investimentos e Infraestruturas .....	24
2.3. Segurança no Golfo da Guiné: Meio e Finalidade .....	27
Conclusão Parcial.....	31
<b>CAPÍTULO 3 - A INFLUÊNCIA GEOPOLÍTICA DA CHINA NO GOLFO DA GUINÉ</b> .....	33
3.1. O Consenso de Pequim <i>vis-a-vis</i> o Consenso de Washington no GG.....	33
3.2. O <i>encirclement</i> americano à China: a busca por alternativas no Atlântico .....	35
3.3. A Busca por Aliados Políticos no GG: Taiwan e apoio nas Nações Unidas.....	37
Conclusão Parcial.....	38
<b>CONCLUSÃO</b> .....	40
<b>ANEXOS</b> .....	44
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	45

## LISTA DE ABREVIÇÕES

API - American Petroleum Institute

BM – Banco Mundial

BRI – Belt and Road Initiative

BTU – British Thermal Unit

CCCPC - Central Committee of the Communist Party of China

CELAC - Community of Latin American and Caribbean States

CPLP- Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

CS – Conselho de Segurança (das Nações Unidas)

EUA – Estados Unidos da América

FMI- Fundo Monetário Internacional

GG/ GoG – Golfo da Guiné

IMO – International Maritime Organization

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OI – Organização Internacional

OIM- Organização Internacional para as Migrações

ONU/UN – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

NATO/OTAN- Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCC- Partido Comunista Chinês

PLAN – People’s Liberation Army Navy

SCIOPRC - State Council Information Office of the People’s Republic of China

SI- sistema internacional

SOE – State Owned Enterprises

TCE- Toneladas Equivalentes a Carvão

UA – União Africana

UE/EU – União Europeia (European Union)

ZEE- Zona Económica Exclusiva

ZOPACAS - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a evolução marítima e naval da China, é impossível ignorar a influência de Alfred Mahan no seu progresso. Seguindo a ideia de que “o domínio dos oceanos deve ser uma prioridade devido à liberdade dos mares e à exploração das rotas marítimas comerciais” (Struye, 2010; p.12), a China tem vindo a investir progressivamente nas suas capacidades navais, afastando-se de uma estratégia focada na defesa das suas águas territoriais. Pequim possui atualmente todas as condições necessárias para o seu desenvolvimento enquanto potência marítima, de entre as quais a posição geográfica, a extensão do território e a dimensão populacional. Neste sentido, tem-se verificado um incremento significativo da análise das obras de Mahan por parte da academia chinesa, atestando o aumento do interesse da China face ao poder marítimo (Scott, 2007; Dias, 2010; Duarte, 2014; Sempa, 2014; Silva & Marcondes, 2019).

Neste contexto, em 2006, Hu Jintao viria afirmar que “a marinha chinesa deve ser fortalecida e modernizada [...] para melhor servir a pátria-mãe e o povo” (Hu, 2006 apud Duarte, 2014). Esta ideia consubstanciar-se-ia nos Planos Quinquenais subsequentes (12º: 2011-2015 e 13º: 2016-2020) que introduzem a ideia de ‘direitos e interesses marítimos da China’. Por este motivo, desde o início dos anos 2000, tem-se assistido a uma crescente modernização dos meios militares navais, bem como a um aperfeiçoamento da estratégia marítima chinesa.

Contudo, se Mahan idealizava a expansão da China para o Pacífico, o autor não acautelou, o potencial da sua atuação no Índico e Atlântico (Dias, 2010; Sempa, 2014). Uma nova geração de académicos estima que a próxima paragem das incursões marítimas chinesas seja agora o Oceano Atlântico, onde esta tem vindo a desenvolver vários projetos nas últimas décadas.

Face a esta constatação, dois fatores principais ajudam a explicar a atual presença da China no GG: o potencial económico e o potencial geopolítico da região. No que diz respeito ao primeiro, o GG proporciona à China um acesso ininterrupto a recursos naturais, especialmente energéticos, vitais para o seu contínuo desenvolvimento. Do mesmo modo, a região representa também um vasto mercado de consumo e de investimento com uma

população extremamente jovem. Com efeito, no GG, cerca de 60% das pessoas possui idade inferior aos 25 anos, permitindo assim a canalização de recursos humanos com vista ao crescimento de novas indústrias como a pesca ou a exploração de madeira, entre outras. De facto, estas assumem um papel vital ao contribuir para reforçar a segurança alimentar chinesa (Yachyshen, 2020).

Do ponto de vista geopolítico, a região torna-se interessante pelo vazio de poder resultante do desinteresse de outras potências em manter uma posição ativa no GG. Do mesmo modo, este constitui um ponto estratégico no centro do Oceano Atlântico, podendo, por isso, o GG tornar-se um novo eixo para o comércio marítimo chinês (Martinson, 2019).

Face ao exposto, a presente dissertação procurará focar-se na atuação da China no Atlântico Médio, com o objetivo de perceber melhor os interesses de Pequim no GG comparativamente aos seus interesses no restante Oceano Atlântico. Por outras palavras, procurar-se-á perceber o impacto das incursões da China no Atlântico Médio e de que modo estas condicionam a geopolítica e geoeconomia da região. Para o efeito, são adotados nesta dissertação os critérios de demarcação de Xinfeng et al. (2017) para definir os limites do GG. Neste sentido, considerar-se-ão os países costeiros da Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, São Tomé e Príncipe, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Serra Leoa e Mali, enquanto partes integrantes dos limites espaciais desta investigação.

Dito isto, a pergunta de investigação a que se procurará responder é a seguinte: *Qual tem sido o papel do GG no contexto das crescentes incursões marítimas da China no Atlântico?*

Por sua vez, quanto à delimitação temporal, esta compreende o período de 2001 a 2021. Com efeito, os investimentos chineses no Atlântico Médio tiveram início ainda durante os anos 90, pese embora, os primeiros anos da década seguinte trouxessem desenvolvimentos significativos à dinâmica anteriormente iniciada.

Onuhua (2009) e Goldstein (2017) reforçam a pertinência do ano de 2001 no âmbito das relações da China com os países deste Golfo. Em primeiro lugar, 2001 marca o ataque terrorista às Torres Gémeas que desencadearia a invasão do Iraque, mostrando assim a fragilidade do fornecimento do petróleo do Médio Oriente. Tal levou a China a perceber a necessidade de diversificar as suas fontes energéticas para garantir o abastecimento. 2001

marca ainda um passo importante nas relações da China com os países do GG, nomeadamente com a Nigéria, após a visita do Presidente deste país a Pequim. Esta visita acabaria por levar, no ano seguinte, à entrada da China no mercado energético nigeriano. É ainda de sublinhar a relevância da Política *Going Out* que, iniciada em 1999, coincide com este período de diversificação energética no exterior. Esta política procurou incentivar o investimento chinês no estrangeiro contribuindo para a internacionalização das empresas chinesas. A expansão dos interesses da China para o exterior seria, mais tarde, reiterada através do 12º Plano Quinquenal (CCCPC, 2011; Martinson, 2016; 2019). Por sua vez, 2021 simboliza também um marco nas relações da China com os países do GG perante o debate que ocorre no cenário internacional sobre a possível localização de uma base da China no Atlântico, à semelhança do que já sucede no Índico com o Djibuti. 2021 é igualmente um ano relevante para a análise em questão, em virtude de ter sido marcado pela assinatura de vários acordos para a construção de infraestruturas no Golfo da Guiné e por ter exposto de forma clara o Consenso de Pequim. Este tornou-se evidente nas discussões sobre a violação de Direitos Humanos no Xinjiang ou na preparação dos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim que viriam a decorrer no ano seguinte (Crabtree, 2018; Holmes, 2021).

Não obstante a escassez de literatura acima referida, autores como Babatunde (2020) ou Xu (2018) têm procurado ao longo dos últimos anos contrariar esta tendência, oferecendo novas visões para a compreensão do tema. Com efeito, um dos autores pioneiros a abordar esta questão foi Xu (2008), que procurou estudar o aumento do interesse chinês na região após a década de 90. Para este autor, o principal incentivo à atuação da China no GG terá sido o acesso a recursos energéticos e naturais destes países, bem como a expansão para novos mercados. Xu salienta ainda a ambição chinesa de exercer influência política no Atlântico Médio e na África Ocidental. Neste sentido, ao estabelecer uma certa influência na região através do comércio bilateral, investimentos e ajuda ao desenvolvimento, a China estaria também a promover a sua visão multipolar do mundo.

Por conseguinte, de acordo com o observado tanto por Yachyshen (2020) como Xu (2008), ao investir na região, a China é suscetível de desenvolver simultaneamente novos mercados de produção (onde o setor energético ocupa um lugar de destaque) e de consumo face à saturação dos mercados europeus e americanos. Esta ideia é complementada por Zhou & Seibel (2015), que defendem o aumento do interesse chinês na região após a descoberta de

minas de hidrocarbonetos *offshore*.

De facto, Xu (2008) já havia destacado a importância da diversificação das fontes energéticas para a China. Este autor, refere que a procura de petróleo por parte da China continua a desenvolver-se face a novas exigências de uma classe média crescente. Neste contexto, é imperativo que a China encontre novas fontes que permitam assegurar a segurança energética e contínuo abastecimento ao país. Por conseguinte, o GG apresenta-se como o candidato ideal já que, de acordo com Onuhua (2009), à exceção da Nigéria que é membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), os restantes países deste Golfo não oferecem grandes restrições à exploração e importação de petróleo diretamente pela China. Por este motivo, o GG apresenta grandes vantagens para a importação chinesa em comparação com outras regiões do globo como o Médio Oriente.

Por sua vez, Mañe (2005) e Allen (2012) destacam a importância de um outro recurso existente na região, o gás natural. Pese embora este não tenha (ainda) atingido o seu expoente de exploração como sublinha Mañe, o caso da Nigéria – com as maiores reservas de gás natural em África – merece análise (Allen, 2012). Não obstante, Mañe (2005) realça que o interesse chinês na região não se reduz à existência de recursos energéticos, mas sobretudo à facilidade de transporte destes. Com efeito, o GG possui uma localização estratégica, em virtude da ausência de *chokepoints*<sup>1</sup>, sendo, por conseguinte, menos sujeito a riscos como bloqueios e acidentes, quando comparado, por exemplo, ao Golfo de Áden.

Ao mesmo tempo, pelo facto de ser maioritariamente localizada *offshore*, a produção petrolífera não é afetada pela instabilidade política e/ou conflitos regionais. Tal oferece mais segurança aos abastecimentos e facilidade de acesso, resultando em custos mais competitivos. Xu (2008) aborda ainda a exploração de outros recursos também produzidos nestes países e essenciais ao desenvolvimento económico chinês como o algodão, a madeira, a bauxite ou o cobre.

De acordo com Rupp (2013), para assegurar o acesso a estes recursos, a China age sobretudo bilateralmente no trato com cada país, estabelecendo acordos maioritariamente com empresas estatais de modo a não ficar dependente de interesses privados. Assim, a China negocia com estes países o acesso a petróleo em troca de financiamento de projetos,

---

<sup>1</sup> Pontos de estrangulamento marítimo em português.

extensão de *soft loans*<sup>2</sup> ou apoio a iniciativas de desenvolvimento (Rupp, 2013).

Um outro autor, Martinson (2019) procura ainda acrescentar a esta ideia a relevância do *soft power* associado à presença chinesa na região, na forma de diplomacia naval. Para tal, destaca por exemplo, as visitas ou a organização de receções a dignatários estrangeiros a navios chineses atracados em países como a Nigéria ou Costa do Marfim.

Yachyshen (2020) enfatiza também a importância do investimento chinês em infraestruturas no GG, dando destaque, por exemplo, a um porto de águas profundas em São Tomé e Príncipe que tenderá a se transformar num centro regional de transbordo ou ainda a construção de um porto e de um aeroporto na Guiné-Bissau. Do mesmo modo, Holmes (2021), sublinhando a importância das infraestruturas marítimas, sugere que o GG possui a localização ideal para a primeira base naval da China no Atlântico, o que tornaria esta região ainda mais relevante do ponto de vista geopolítico. Tal ideia é corroborada por Martinson (2019), que destaca a este respeito a potencial capacidade desta região em aliviar a pressão militar que a China sofre no Pacífico por parte dos EUA. Com efeito, ao desenvolver as suas competências marítimas em outras regiões além das suas zonas costeiras, Pequim é suscetível de introduzir uma nova vertente externa, de carácter ofensivo, na sua estratégia naval. Deste modo, ao desenvolver a sua posição no Atlântico, a China levaria indiretamente os EUA a aliviarem os meios no Pacífico para dirigirem a atenção para a nova ameaça percecionada. Por outras palavras, ao tornar-se paulatinamente assertiva no Atlântico, a China diminuiria o *encirclement* americano na Ásia.

Zhou e Seibel (2015) e Martinson (2019) notam, contudo, que o investimento chinês no GG permanece limitado devido aos contínuos atos de pirataria que fustigam a região. Por este motivo, verifica-se uma cooperação bilateral que se consubstancia em exercícios antipirataria e apoio ao desenvolvimento de capacidades militares e de patrulhamento em países como o Benim e a Serra Leoa. No entanto, a China continua a privilegiar uma política de *low-profile* nas suas missões antipirataria, optando por uma abordagem regional face à segurança marítima. Neste sentido, Pequim procura incentivar a atuação de organizações regionais, como é o caso da União Africana, no que respeita à resolução de questões de segurança no Atlântico Médio.

---

<sup>2</sup> Empréstimo tipicamente oferecido a um país em desenvolvimento em termos favoráveis a este (Oxford English Dictionary, 1989).

Dito isto, é possível concluir que a literatura existente é unânime quanto à leitura que faz dos principais objetivos da China no GG. Estes prendem-se nomeadamente com o acesso a novas fontes de energia que permitam colmatar as necessidades crescentes do país. Além disso, a região dispõe de um grande potencial para se tornar a próxima área estratégica da Rota da Seda Marítima do Século XXI<sup>3</sup> pelos projetos de construção de portos marítimos e outras infraestruturas que decorrem neste momento na região. Para tal, contudo, a China tem de mitigar os desafios que se lhe colocam na esfera da segurança de modo a garantir o acesso ininterrupto a estes recursos.

Do mesmo modo, a crescente presença chinesa no Atlântico Médio coloca em causa a visão unilateral dos EUA sobre o oceano, em troca de uma multipolar. Face ao exposto, esta dissertação procurará assim focar-se nestes aspetos, em concreto, na materialização da visão multipolar da China no GG e, simultaneamente, na importância da região do ponto de vista geoestratégico e geoeconómico.

O GG tem, nos últimos anos, sido alvo de um novo protagonismo no cenário internacional no que concerne às questões energéticas. Com efeito, a descoberta de novas reservas de hidrocarbonetos *offshore* tem permitido à região consolidar um papel de relevo no Oceano Atlântico. Do mesmo modo, para além da referida abundância energética, é de salientar a boa acessibilidade do GG em virtude da inexistência de *chokepoints*, ao contrário do sucedido em outras regiões do globo. Igualmente relevante é a sua localização estratégica pela proximidade aos grandes mercados consumidores do Hemisfério Norte (Nunes, 2015).

Por conseguinte, Pequim, não terá ficado indiferente a este cenário. Desde o final dos anos 90 que a China deixou de ser autossuficiente em matéria energética o que, desde então, a tem levado a procurar diversificar as suas fontes energéticas. A este respeito, refira-se a título de exemplo que, se em 1990 a China importava 1310 Toneladas Equivalentes a Carvão (TCE), em 2018 esses valores eram já de 110787 TCE (National Bureau of Statistics of China, 2020). Atualmente, a China é o segundo maior consumidor de petróleo mundial, não se prevendo um retrocesso significativo nesta situação. De facto, em virtude do desenvolvimento da classe média, do fim da Política do Filho Único e da crescente urbanização, é expetável um

---

<sup>3</sup> A Rota da Seda Marítima do Século XXI é a rota marítima que faz parte da Iniciativa Faixa e Rota da China, uma estratégia chinesa para aumentar o investimento e promover a colaboração ao longo da histórica Rota da Seda. Foi proposta pela primeira vez pelo líder chinês Xi Jinping durante um discurso ao Parlamento indonésio em outubro de 2013 (Liu, 2014).

incremento significativo do consumo de energia por parte da China. Neste contexto, nenhuma fronteira se torna proibida ou remota e o Atlântico acaba por encontrar aqui um papel vital na resposta a estas necessidades (Scott, 2007; Nunes, 2011).

Face a esta conjuntura, a política de *Going Out*, acabou por ganhar nova relevância do ponto de vista dos investimentos energéticos chineses. Esta estratégia materializar-se-ia no domínio da diversificação energética, no incentivo a inúmeros investimentos na Ásia-Pacífico, Médio Oriente, América Latina e África, particularmente no GG (Nunes, 2011).

Simultaneamente, é possível verificar um gradual interesse de Pequim no GG em virtude da diáspora chinesa aí presente, com especial destaque na Nigéria. Neste sentido, é possível assistir a uma crescente preocupação da China em garantir a segurança dos seus concidadãos perante a instabilidade vivida na região. Tal é evidenciado nos *Defense White Papers* de 2015 e de 2019 que mencionam a importância de proteção das instituições chinesas no estrangeiro. Constata-se, assim, uma progressiva flexibilização na abordagem chinesa do, outrora dogmático princípio de não-interferência, o que acrescenta uma nova relevância ao estudo de caso aqui abordado (CCCPC, 2016; Martinson, 2016; 2019; SCIOPRC, 2015;2019).

A preocupação dos EUA e da UE face às movimentações chinesas no GG reforça ainda a mais-valia de investigação. Com efeito, esta preocupação é observável com a interação crescente destes atores com a região no domínio da segurança, intervindo na gestão de conflitos e combate à pirataria (Yachyshen, 2020).

Perante o potencial acima exposto sobre a temática em análise, a literatura existente continua, não obstante, a ser escassa e, em alguns casos, ainda desatualizada em função do contexto em análise. Em concreto, poucos autores abordam reação de potências extrarregionais face às incursões da China ou a visão dos países do GG à mesma. Em virtude destas considerações, a presente dissertação procurará contribuir para o aumento do conhecimento e conseqüente expansão da literatura, visando assim colmatar esta lacuna.

Esta dissertação segue uma abordagem qualitativa, fundamentada no postulado de Dilthey (1894; p.15), segundo o qual, “explicamos a natureza, compreendemos a vida anímica”. A dissertação reger-se-á por uma visão hermenêutica e interpretativista, uma vez que a compreensão da realidade social está sujeita à interpretação que desta é feita, ao invés de uma descrição ou quantificação dos fenómenos.

Tendo em conta os objetivos enunciados, a investigação focar-se à numa identificação e análise dos contornos subjacentes às incursões chinesas no GG, que corresponde ao estudo de caso (*single case study*) – a principal ferramenta metodológica deste estudo para além da análise documental.

Com efeito, recorrer-se-á ao estudo de documentos oficiais como discursos, acordos ou estratégias e anúncios dos governos da República Popular da China e dos diferentes Países do GG. Ainda como fontes primárias, salienta-se o recurso a agências noticiosas (como a Xinhua ou a China.org), estatísticas, dados e relatórios divulgados por Organizações e/ou Institutos Internacionais credíveis. Do mesmo modo, afigura-se vital o uso de fontes secundárias como livros, capítulos de livros e artigos científicos.

No que concerne ao quadro teórico, considera-se que o Neorrealismo se afigura a mais adequada para a análise do fenómeno descrito. O Neorrealismo foi introduzido por Kenneth Waltz, em 1979, no seu livro *Theory of International Politics*, concedendo uma nova interpretação ao Realismo clássico. O Neorrealismo de Waltz ignora a importância que a natureza humana assume para o Realismo, focando-se, ao invés, nos efeitos do sistema internacional para a Balança de Poder. Para Waltz (1988), o sistema internacional é composto por várias Grandes Potências, todas elas interessadas em sobreviver. Contudo, como o sistema é anárquico, não existindo, por conseguinte, uma autoridade central capaz de proteger os Estados, cada país procura os seus próprios mecanismos com vista à sobrevivência. Os Estados são aqui vistos como unidades semelhantes, pese embora com diferentes capacidades do ponto de vista militar. Neste sentido, pequenos Estados apoiar-se-ão entre si para contrabalançar Estados maiores (Waltz, 1988, 1990; Walt, 1998).

Partindo destes princípios, Waltz (1988, 1990) argumenta que o poder não constitui uma causa suficiente para explicar a existência da guerra nas Relações Internacionais. Por outro lado, o autor confere especial atenção ao modo como as estruturas afetam os resultados das ações dos Estados, sendo esta a principal característica diferenciadora do Neorrealismo face ao Realismo. O conflito decorre assim da anarquia que alimenta por sua vez o Dilema de Segurança. Fortemente enfatizado por Waltz (1988, 1990), este Dilema evidencia a insegurança que os Estados experienciam, na medida em que a busca individual de segurança incentiva inevitavelmente uma corrida ao armamento.

O Dilema de Segurança é visível no caso aqui em análise. Neste sentido, a dissertação argumenta que a China intervém no GG de modo a garantir a sua segurança, tanto do ponto de vista económico e energético como político-militar e humano. Em primeiro lugar, a China necessita de aceder aos recursos naturais da região para garantir a manutenção do seu crescimento económico e o acesso ininterrupto a recursos energéticos. Já em termos políticos, o GG é uma região geograficamente estratégica, podendo apoiar uma nova posição da China no Atlântico e o alívio da pressão no Pacífico por parte dos EUA. Do mesmo modo, a presença da China no GG poderá, através das estratégias de *hard* e *soft power* acima mencionadas, garantir uma mudança do paradigma no que diz respeito ao reconhecimento internacional de Taiwan. Com efeito, para Pequim, o contínuo apoio externo à ideia de um único país soberano constitui um dos pontos vitais da sua política externa.

De modo a alcançar os objetivos acima referidos, a presente dissertação encontra-se estruturada da seguinte forma. Num primeiro capítulo, será traçado um quadro geral, analisando-se a presença da China no Atlântico, enquanto oceano fragmentado, contrariando as ideias de um Atlântico único e indivisível. Numa segunda fase, procurar-se-á investigar esta presença sob um ponto de vista económico e energético, terminando-se, por fim, com uma análise focada nos aspetos geopolíticos desta atuação. Por fim, na conclusão procurar-se-á responder à pergunta de investigação aqui colocada inicialmente, através da análise sumária dos temas desenvolvidos ao longo de toda a dissertação.

Esta dissertação concluirá que o GG se tornou uma região crucial nas políticas da China em relação a África, não apenas como fonte de riqueza e apoio à segurança alimentar e à política de Uma Só China mas, igualmente, como um ponto de experiência para a mudança gradual de foco da China de geoeconomia para geopolítica.

## CAPÍTULO 1- A PRESENÇA DA CHINA NUM ATLÂNTICO FRAGMENTADO

O presente capítulo visa proporcionar o contexto das iniciativas da China no Atlântico, enquanto espaço fragmentado, contrariando as ideias de um Atlântico único e indivisível. Procurar-se-á, simultaneamente, analisar a evolução da doutrina naval da China ao longo das últimas décadas.

### 1.1. Atlântico Fragmentado

O Oceano Atlântico, com os seus 106,460,000 km<sup>2</sup>, é o segundo maior oceano do planeta, apenas atrás do Pacífico. O Atlântico divide-se em duas partes geográficas pela linha do Equador: o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, podendo ainda ser considerado o Atlântico Médio entre estes (Ericson, 2021).

Deste modo, cobrindo 24% da superfície do planeta e banhando 65 países, o Oceano Atlântico influencia consideravelmente a evolução política, cultural, económica, militar e diplomática do sistema internacional. De facto, apesar do discurso atual das Relações Internacionais reconhecer uma mudança do centro de poder do Atlântico para o Pacífico, em particular num período pós-Obama, este primeiro tem vindo a reafirmar-se nos últimos anos. Se, por um lado, a UE e a OTAN têm mantido um papel de relevância no Atlântico, por outro, é também visível um crescente interesse pelo Sul por parte de poderes emergentes na região (Garcia, 2017; Jiwoon, 2019). A relevância do Atlântico advém ainda do facto de este possuir elevadas reservas de recursos energéticos. Tal é passível de elevar a um novo patamar a sua importância geopolítica (*ibidem*).

Contudo, e apesar das diversas potencialidades apresentadas, o Atlântico continua a enfrentar vários desafios à sua segurança. Destaca-se, por exemplo, a ameaça provocada pelos Estados falhados (associado ao risco de violência), a atuação de organizações criminosas transnacionais e tráfico internacional, a pirataria marítima ou as disputas fronteiriças. Apesar de estas questões terem o potencial de resolução ao serem endereçadas pela Comunidade Atlântica, a inexistência de mecanismos de ação conjunta dificulta, todavia, uma verdadeira atuação (Garcia, 2017; Xinfeng et al, 2017).

Segundo Alfred Mahan (1890), o Atlântico é como uma “grande via” (*great highway*), contudo, atualmente é difícil falar de uma relevante comunidade atlântica suscetível de incluir os dois hemisférios (Shilliam, 2009). A este respeito, importa sublinhar, as diferenças notáveis entre as identidades entre o Norte e o Sul no Atlântico, o que dificulta a convergência de soluções para problemas comuns neste espaço. Com efeito, apesar de partilharem alguns valores culturais e históricos, os países atlânticos não representam um espaço social, cultural e político homogêneo. Em termos institucionais, o espaço Atlântico é dividido entre um norte altamente conetado a diversos níveis e um sul com ligações mais frágeis em termos económicos, políticos e sobretudo de segurança (Sousa, 2014).

Assim, se por um lado o Norte se apresenta como uma região relativamente homogênea e unida pelos mesmos valores, o Sul ainda exhibe, contudo, certas divisões ideológicas. Do mesmo modo, a Norte, o comércio é feito de forma mais intensa (40% das trocas atlânticas eram, em 2016, realizadas Norte-Norte), enquanto a Sul a relevância comercial se deve fundamentalmente ao facto de esta se tratar de zona de trânsito. Neste sentido, o Atlântico Médio, em particular a Macaronésia<sup>4</sup>, afigura-se essencial ao assumir um papel de ligação entre as duas partes em termos culturais e comerciais (Sousa, 2014; Garcia, 2017).

É, pois, possível encontrar no espaço Atlântico diferentes espaços regionais: Europa, África, América do Norte e América Latina. Cada uma das regiões enfrenta desafios comuns e individuais. A América Latina procura lidar com líderes populistas e regimes que minam a democracia e Direitos Humanos, enquanto na América do Norte, a polarização política e social é um assunto de debate. Do mesmo modo, na Europa o populismo e o nacionalismo continuam a crescer colocando ameaças às democracias. Em África subsistem dificuldades em garantir *democracy-building* e desenvolvimento. Existe, portanto, uma lacuna significativa entre um Norte mais desenvolvido e um Sul ainda emergente, com problemas em garantir igualdade social. Contudo, a nível demográfico, o Sul apresenta o potencial para garantir o contínuo crescimento da Bacia Atlântica (Sousa, 2014; Gratius, 2015).

Cada um dos espaços procura conetar-se entre si através de diferentes organizações a vários níveis, evidenciando a sua interdependência. A nível histórico-cultural são

---

<sup>4</sup> Arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde (IFCN Madeira, s./d.)

proeminentes a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), a Commonwealth, a Francofonia e Espaço Ibero-Americano, enquanto a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia (UE) se afirmam a nível de defesa. Do mesmo modo, a UE, a União Africana, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), a Organização dos Estados Americanos e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) são as principais organizações no espaço atlântico para a promoção do desenvolvimento económico e social. Por vezes, estas interagem entre si através de parcerias como a União Europeia – Comunidade de Estados da América Latina e Caraíbas (UE-CEALC) e União Europeia - União Africana. Existem ainda inúmeras parcerias bilaterais de cooperação económica e social que unem os Estados da região (Sousa, 2014; Gratius; 2015).

Os países do Sul, sobretudo através de uma agenda Sul-Sul têm procurado novas formas de se integrarem no comércio e nas restantes dinâmicas internacionais (*ibidem*). Este tipo de iniciativas visa garantir uma plataforma de conexão entre os Estados atlânticos, ao contribuir para a diversificação de relações externas e ao oferecer vantagens do ponto de vista da segurança, vigilância, comércio, entre outras, sublinhando a importância de uma atuação conjunta. Todavia, nenhuma delas oferece um modelo de governação para um espaço Atlântico global pelo que, mais uma vez, a sua área de ação continua a ser bastante limitada em função das verdadeiras necessidades (Garcia, 2017). Afigura-se agora, portanto, imperativo construir um conceito de Atlântico coletivo que incentive uma Governação Comum, unindo as diferentes agendas dos países regionais. É, por isso, indispensável um conceito renovado de espaço Atlântico em virtude das transformações que este tem sofrido (Lesser, 2010; Aspinwall, 2011; Sousa, 2014).

A UE e os EUA dispõem de um potencial significativo no que concerne à capacidade de reformulação da estrutura cooperativa do Atlântico. Porém, os poderes emergentes também reivindicam um papel de maior responsabilidade na matéria. Com efeito, o Brasil e a África do Sul já começaram a agir como atores globais neste oceano. A título ilustrativo, o Brasil tem vindo a promover estruturas de segurança Sul-Sul como a ZOPACAS<sup>5</sup>. Destacam-se também iniciativas que procuram oferecer assistência a países em desenvolvimento como os BRICS e o IBSA (Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul). Já a África do Sul tem procurado assumir

---

<sup>5</sup> Concebida pela ONU em 1986, mas revitalizada pelo Brasil nos anos 2000, criando um modelo de cooperação Sul-Sul para o Atlântico (Sousa, 2014).

a responsabilidade como mediadora de conflitos regionais no continente africano. Por fim, também Marrocos tem procurado integrar-se nas estruturas de segurança Atlânticas (Lesser, 2010; Sousa, 2014).

Contudo, e apesar destes avanços, um sistema de relações pan-atlântico ainda não é uma realidade, mas pode ser construído a longo-prazo, fruto de iniciativas de cooperação. Para tal, todavia, é fundamental um maior compromisso dos atores regionais. A inexistência de grandes conflitos regionais e a partilha de quatro línguas principais (espanhol, inglês, francês e português) tende a promover este projeto (Sousa, 2014; Gratius, 2015). Não obstante, ainda existem várias dificuldades inerentes a este processo, nomeadamente o variado espetro de religiões, etnias e identidades culturais, as diferenças de modelo político e distribuição de riqueza, a fragilidade institucional, o desenvolvimento humano, demografia e migrações que adiam esta promessa de uma comunidade culturalmente próxima, de valores partilhados, para o Atlântico (Gratius, 2015).

O Atlântico assemelha-se atualmente a um *puzzle* e a emergência de uma comunidade atlântica baseada em identidades, ideias e interesses partilhados a nível político, social e cultural será um projeto a realizar a longo prazo (*ibidem*). O crescimento naval da China, abordado de seguida, tenderá a trazer uma grande influência neste aspeto.

## 1.2. A China como uma Potência Naval em Construção

Em 1905, no seu livro *The Problem of Asia*, Alfred T. Mahan alertava os EUA para um período em que a China reconheceria o seu próprio potencial marítimo. E, de facto, esse período haveria de chegar no século XXI, tendo a China finalmente interiorizado as teses de Mahan de que “quem domina o mar, domina o globo” (Mahan, 1890). Mahan defendia que o comércio externo era fundamental para o desenvolvimento da economia de um país e, para tal, era necessário estabelecer bases navais no estrangeiro. Para o autor, é fundamental o controle de pontos estratégicos no oceano, assegurando o acesso ao mar e das vias para o comércio que ele proporciona. Neste sentido, a supremacia marítima está intrinsecamente relacionada com considerações comerciais, geográficas e militares (Holmes, 2006). Para o autor, o poder marítimo é explicado por três pilares: comércio, política e militar, as quais a China procura agora aplicar ao Sonho Chinês (*Chinese Dream*) e à Rota da Seda Marítima do Século XXI (Scott,

2007; Dias, 2010; Sempa, 2014; Silva & Marcondes, 2019; Wu, 2021).

O conceito de Sonho Chinês foi introduzido por Xi Jinping em 2012 no discurso proferido aquando da visita à exposição “*The Road Towards Renewal*” no Museu Nacional da China (Xi, 2012; Berkofsky, 2016). Nesta primeira instância, o conceito foi definido como “o grande rejuvenescimento da Nação Chinesa”<sup>6</sup>, como um sonho unificado para todos os chineses, tal como um objetivo nacional ou uma narrativa partidária (Xi, 2012; Gill, 2020). A ideia procurava, essencialmente, sincronizar os sonhos individuais da população num grande sonho coletivo: “Rejuvenescimento nacional, melhoria das condições de vida, prosperidade, construção de uma melhor sociedade e reforço militar como o sonho comum à população chinesa, que poderá ser mais facilmente atingido sob um partido, de governo socialista”<sup>7</sup> (Xi, 2012; Bishop, 2013 apud Osnos, 2013, p.2).

Nesta visão tripartidária de poder marítimo de Mahan, a China procura materializar o seu *Sonho Chinês* através do seu sonho marítimo, isto é, o de transformar a China num grande poder marítimo do século XXI. Para tal, segue dois passos. O primeiro consiste na interpretação das implicações do ambiente de segurança chinês para seguir a lógica de Mahan para o poder marítimo. Já o segundo envolve desenvolver capacidades apropriadas e estratégias para o domínio dos oceanos. Pequim parte, por esse motivo, da visão de que um estado que não compreende o poder dos oceanos, é um estado sem futuro (*ibidem*).

É possível ver os resultados da reorientação marítima da China verificada desde 1978: o desenvolvimento económico das suas áreas litorais e um maior enfoque na segurança marítima. Do mesmo modo, se durante as últimas décadas o crescimento da economia da China dependia fortemente dos investimentos em infraestruturas e consumo interno, com a diminuição do investimento e consumo, a China vira-se agora cada vez mais para a terceira opção: o comércio externo. Dele depende não apenas a sustentabilidade da economia, mas sobretudo a própria legitimidade do PCC. E tal seria impossível sem o oceano. É, assim, possível verificar uma crescente perceção do oceano como ameaça à segurança chinesa, em virtude do anterior foco apenas no espaço continental (Wu, 2021).

Em termos práticos, este interesse da China no desenvolvimento geoestratégico

---

<sup>6</sup> Tradução da Candidata.

<sup>7</sup> Tradução da Candidata.

marítimo é consubstanciado no 12º (2011-2015) e 13º (2016-2020) Planos Quinquenais. Este primeiro introduz em particular a ideia de 'direitos e interesses marítimos da China', esboçando uma estratégia híbrida de terra-mar para a segurança do país. É ainda no 12º Plano Quinquenal apresentado o conceito de coordenação entre o mar e a terra, em virtude do qual as decisões estatais devem englobar, de ora em diante, o bem-estar e desenvolvimento do potencial económico de ambos em simultâneo. Este conceito continuaria a ser explorado no 13º Plano Quinquenal que veio reconhecer o objetivo chinês em construir uma Marinha de Águas Azuis<sup>8</sup>, e consequentemente, converter-se numa potência marítima. Para o efeito, é fundamental a expansão geográfica das atividades marítimas da China para além do Pacífico (CCCPC, 2011; 2016; Martinson, 2016; 2019).

Contudo, se Mahan visionava a expansão da China para o Pacífico, este autor não acautelou, o potencial da atuação de Pequim no Índico e Atlântico (Dias, 2010; Sempa, 2014). Em 2013, Xi Jinping anunciava oficialmente na Indonésia, a criação da Rota da Seda Marítima do Século XXI. Esta traduzir-se-ia no investimento em infraestruturas portuárias ao longo do Oceano Índico, cobrindo vários países do Sudeste Asiático e o litoral africano (MNE da China, 2013; Chatzky & McBride, 2020). Ainda enquanto parte desta iniciativa, em 2017, a China inauguraria o que definiu como sendo uma instalação logística, no pequeno território do Djibuti (cuja extensão é menor que a cidade de Chicago nos EUA). Esta instalação logística, internacionalmente reconhecida como uma base naval, viria então juntar-se ao já existente Colar de Pérolas do Oceano Índico<sup>9</sup> (CCCPC, 2016; Martinson, 2016; SCIOPRC, 2019; Cabestan, 2020).

Face ao exposto, autores como Goldstein (2017, 2021) ou Martinson (2019) estimam que a próxima paragem nas incursões marítimas chinesas seja agora o Oceano Atlântico, onde a PLAN tem vindo a desenvolver vários projetos nas últimas décadas. Pese embora ator tardio no Atlântico, a China reconheceu em 2017 a necessidade de alargar a sua Faixa e Rota à América Latina. Contudo, nos últimos anos, tem sido o continente africano e, mais precisamente, o GG a assumir um certo protagonismo no que aos investimentos chineses diz respeito (Zhang, 2019; Yachyshen, 2020).

---

<sup>8</sup> Força marítima capaz de operar em águas internacionais (UK Ministry of Defense, 2004).

<sup>9</sup> Rede de instalações e relações militares e comerciais chinesas ao longo das linhas marítimas de comunicação, que se estendem da China continental à África Oriental (Economist, 2013).

Tendo sido criado em 1949, o PLAN, viu desde então, as suas capacidades crescerem e diversificarem-se. Por esse motivo, a China é considerada a marinha com o desenvolvimento mais célere na história naval contemporânea. Em 2020 a China possuía dois porta-aviões, um cruzador, 49 fragatas, 32 contratorpedeiros, 37 corvetas, 86 navios com mísseis da guarda costeira, 46 submarinos de ataque, seis submarinos nucleares, quatro submarinos com mísseis balísticos. Acrescentam-se ainda os 225 navios de patrulhamento da guarda costeira (Secretaria de Estado da Defesa dos EUA, 2020).

Deste modo, é possível confirmar uma estratégia marítima da China mais focada no *hard power*, isto é, uma atuação baseada no poder militar como modo de imposição e garantia de sobrevivência. Esta estratégia manifesta-se não apenas na aquisição e modernização dos equipamentos navais, mas também na própria militarização do oceano. Desde logo, tal é visível nos Oceanos Pacífico e Índico tanto nas ações no Mar do Sul da China, como na própria criação do Colar de Pérolas enquadrado na BRI. O Oceano Pacífico é, atualmente, ao contrário do que o seu próprio nome possa sugerir, um oceano conturbado. E, se o Atlântico ainda mantém o seu carácter calmo e harmonizador, é impossível prever de que modo a atuação da China neste espaço poderá ou não trazer grandes mudanças a esta situação (Duarte, 2014; Yachyshen, 2020). Tal será abordado sucintamente nas linhas que se seguem.

### 1.3. O Interesse da China no Atlântico

Durante décadas o poder marítimo chinês esteve confinado quase inteiramente às águas da Ásia Oriental. A própria estratégia naval do PLAN era caracterizada como *Near-coast Defence*, sendo, portanto, considerada a Marinha da China como uma Marinha de Águas Verdes<sup>10</sup>. Esta estratégia apenas viria a mudar por volta de 2007-2008 quando o PLAN ambicionou a expansão para além da Primeira Cadeia de Ilhas<sup>11</sup>, passando assim a distinguir-se os *Near Seas* dos *Far Seas*. Desde então, a área geográfica de interesse naval da China tem expandido rapidamente (Martinson, 2019).

A China mobilizou o seu primeiro navio de guerra para o Atlântico Sul em 2014 após

---

<sup>10</sup> Força marítima capaz de operar na zona litorânea do seu país. Distingue-se da Marinha de Águas Castanhas que opera maioritariamente em rios, lagos e outros corpos de água doce (Till, 2012).

<sup>11</sup> Imagem Ilustrativa em anexo.

completar uma missão antipirataria no Golfo de Áden<sup>12</sup>. Daí atravessou o Canal do Suez para o Mediterrâneo onde realizou algumas visitas antes de cruzar o Estreito de Gibraltar rumo ao Atlântico onde viria a permanecer durante um mês. Durante este período, o navio terá visitado um total de sete países da costa africana - Senegal, Costa do Marfim, Nigéria, Camarões, Angola, Namíbia e África do Sul - onde exerceu atividades de diplomacia naval e exercícios conjuntos com navios dos países, destacando-se os exercícios antipirataria com a marinha nigeriana (*ibidem*).

Após este contato inicial com o Atlântico, a China tem vindo a investir na obtenção de novos conhecimentos sobre o Atlântico Sul. Assim, em 2015, o navio de pesquisa oceanográfica do PLAN, Zhu Kezhen, rumou para o Atlântico Sul com a missão de aprender mais sobre as águas atlânticas. Por sua vez, frotas civis de oceanógrafos chineses também viriam a consagrar algum tempo a investigar mais a região, particularmente a existência de recursos. Podendo movimentar-se livremente em mar alto, os navios chineses precisam de permissões especiais dos Estados costeiros para investigarem dentro das respectivas Zonas Económicas Exclusivas (ZEEs). Para tal, os navios chineses oferecem-se, por vezes, para conduzir estudos conjuntos com os seus parceiros internacionais, ações que são muitas vezes publicitadas mais tarde como ajuda externa. Este tipo de acordos é também formalizado no Atlântico Norte, tendo sido em 2019, por exemplo, realizado um acordo entre o Segundo Instituto de Oceanografia Chinesa e várias Universidades portuguesas para construir uma estação de observação no Arquipélago da Madeira (Martinson, 2019). Contudo, e dada a complexidade do Atlântico, a pesquisa realizada até à data mostra-se ainda insuficiente, particularmente num cenário de alterações climáticas (Goldstein, 2017). Tal como outros países, a China serve-se da sua marinha de guerra como uma ferramenta de cooperação diplomática. Com efeito, simples atos de diplomacia mostram aos restantes países a boa vontade política da China o que se traduz em influência (Martinson, 2019).

Podemos deste modo verificar que o envolvimento chinês na região ocorre a três dimensões – económica, política e de segurança. Do ponto de vista económico, a principal preocupação da China é a redução da sua dependência energética face ao exterior. Do ponto de vista energético, o Atlântico Sul é, pois, um elemento-chave da estratégia de segurança

---

<sup>12</sup> 16ª Força de Intervenção Antipirataria do PLAN (PLAN's 16th Anti-piracy Escort Task Force).

energética chinesa, sendo suscetível de assegurar fontes de energia que permitam constituir alternativas ao Médio Oriente ou à Ásia Central. De facto, no Atlântico Sul, localizam-se alguns dos mais importantes fornecedores de petróleo da China, como a Nigéria, Angola, Guiné Equatorial, República Democrática do Congo e Sudão. Do lado da América Latina, a Venezuela, o Brasil e a Argentina são, por sua vez, os principais parceiros energéticos. No que concerne à dimensão política da presença da China na região, o Atlântico Sul é um elemento essencial para a diplomacia chinesa. Ao desempenhar um maior papel na região, Pequim desafia progressivamente a tradicional influência histórica quer dos EUA e dos Estados europeus, quer do Brasil e África do Sul na região. Neste sentido, a China é um competidor direto do poder económico, político e militar das potências ocidentais, bem como um parceiro cada vez mais atrativo para os países da região (Abdenur e Neto, 2013; Duarte, 2014; Martinson, 2019).

No que diz respeito à dimensão militar da presença chinesa no Atlântico Sul, o envolvimento da PLAN ocorre a dois níveis: através da sua participação em operações de paz da ONU em palco africano, e através dos acordos de cooperação em matéria de defesa com os países do Atlântico Sul. Estes visam, essencialmente, a reforma dos seus setores de segurança. Através destes acordos, a China tem vindo a tornar-se num fornecedor alternativo de equipamento militar aos países da região, competindo diretamente com o Brasil e países extrarregionais (Abdenur e Neto, 2013; Martinson, 2019).

O Oceano Atlântico é descrito na literatura chinesa como um oceano estratégico em virtude de apresentar uma posição central do globo. Contudo, este espaço apresenta um vazio estratégico resultante da inexistência de uma potência que assuma o seu controlo. (Goldstein, 2017). Contudo, importantes progressos têm-se verificado nos últimos anos. Desde logo é impossível negar a importância da chegada da BRI à América Latina, iniciada com o Panamá no final de 2017, mas à qual vários países se seguiriam (Zhang, 2019). Do mesmo modo, também no lado leste do Atlântico Pequim faz progressos ao nível da afluência geopolítica. África tem hoje como seu principal financiador a própria China através da aplicação do Consenso de Pequim que a torna mais atrativa à região do que os parceiros ocidentais (Goldstein, 2017; Zhang, 2019).

Perante esta conjuntura, a China espera uma cooperação cada vez mais ambiciosa tanto a Norte como a Sul, criando um emaranhado económico de interdependência e

rivalizando o domínio americano do oceano ao utilizar o potencial comercial da região (*ibidem*). Esta dinâmica de cooperação e competição poderá ser analisada através do Neorrealismo.

#### 1.4. A Atuação da China no Atlântico: Neorrealismo e o Dilema de Segurança

De modo a perceber a presença da China no Atlântico, importa analisar o carácter anárquico deste espaço. Tal como afirma a corrente neorrealista, os pequenos Estados têm tendência a cooperar entre si de modo a garantir a sua segurança. Tal é visível nas várias organizações acima referidas, tais como a NATO, ZOPACAS, CPLP, entre outras. Todavia, as várias organizações não conseguiram, até à data, criar uma harmonia ou poder central para a governação do Atlântico. Cada uma destas apresenta a sua agenda, não existindo, por conseguinte, um só poder que possa garantir a governação e a segurança do Atlântico *lato sensu*. Por conseguinte, é desde logo possível compreender o Atlântico como um sistema anárquico em si, onde cada um dos lados se percebe como uma entidade própria. É igualmente visível, como anteriormente referido, a inexistência de uma potência hegemónica no vasto Atlântico (pese embora a NATO controle o Atlântico Norte e o interesse do Brasil em relação ao controlo do Atlântico Sul), criando por isso na região um vazio estratégico impulsionador de competição futura. Simultaneamente, apesar de não se verificar uma verdadeira ameaça entre as diferentes partes, é impossível negar a existência de um certo desejo de autonomia e segurança do Sul em relação ao Norte (Lesser, 2010; Sousa, 2014; Gratius, 2015).

A atuação da China no Atlântico é, por esse motivo, um resultado do Dilema de Segurança. Ao reforçar o seu poder marítimo, a China procura, acima de tudo, a segurança e a sobrevivência num sistema liderado pelos EUA. Para o neorrealismo, as capacidades militares são o que faz a diferença num sistema anárquico. Consciente disso, a China tem reforçado a modernização da sua marinha de guerra a uma escala sem precedentes. Em particular, o Atlântico permite à China obter uma nova influência em relação aos EUA. Os recursos do atlântico ajudam a enaltecere a economia chinesa e, conseqüentemente, consolidar o poder político de Xi Jinping. Nesta ótica, a China acaba por se aproveitar do vazio de poder verificado na região para lidar com as suas inseguranças no sistema anárquico

(Martinson, 2019).

A China utiliza na sua abordagem marítima uma estratégia de *smart power*<sup>13</sup> que é simultaneamente causa e consequência do dilema de segurança verificado. É a este dilema que se deve toda a modernização naval por parte de Pequim. Do ponto de vista dos países do GG, a atuação da China poderia ser vista como uma mutação da balança de poder da região. Ao colaborarem, as duas partes percebem obter vantagens do ponto de vista da segurança e da economia (Duarte, 2014; Martinson, 2019).

### Conclusão Parcial

Apesar da crescente importância geoestratégica do Oceano Pacífico, o Oceano Atlântico tem vindo a apresentar diversas potencialidades económicas e políticas. Contudo, vários são os desafios e obstáculos que inibem o desenvolvimento deste espaço, como atesta a falta de uma verdadeira comunidade atlântica. O Atlântico é hoje um espaço fragmentado entre diferentes ideologias que dificultam uma solução coletiva para problemas comuns.

A reorientação estratégica da China para o mar ocorreu ainda durante os anos 70, pese embora fosse sobretudo a partir da segunda década do século XX que os seus Planos Quinquenais consagram uma maior importância ao oceano. A política naval chinesa tem como grande fonte de inspiração os postulados de Alfred Mahan segundo o qual o controlo dos oceanos é fundamental para garantir o comércio internacional. Nesta base, a marinha chinesa tem conhecido uma modernização sem precedentes com vista à ampliação da sua área de atuação geográfica.

A primeira missão da China no Atlântico ocorreu em 2014, sendo que, desde então, vários têm sido os projetos diplomáticos da China neste espaço, em particular no Atlântico Sul. Com efeito, a China tem investido através de diferentes corpos militares e científicos na exploração e pesquisa do Oceano Atlântico, melhorando o seu conhecimento sobre o fundo oceânico. Assim sendo, a China procura possuir novas vantagens no acesso ao espaço atlântico que espera trazer-lhe vantagens do ponto de vista económico e energético, político e de segurança, vantagens estas que serão analisadas nos capítulos subsequentes.

---

<sup>13</sup> A capacidade de combinar *Hard* e *Soft Power* numa estratégia vencedora (Nye, 2009).

## CAPÍTULO 2 - O GOLFO DA GUINÉ: QUESTÕES DE SEGURANÇA ECONÓMICA E ENERGÉTICA

O presente capítulo procurará abordar a influência da China no Atlântico sob o ponto de vista dos investimentos, tanto em termos de recursos energéticos, como de infraestruturas e mercados. Analisar-se-á, para o efeito, de que modo estas questões se relacionam com a segurança do país, ao verificar-se em particular os obstáculos que Pequim percebe e identifica na região.

### 2.1. A dimensão energética dos investimentos chineses no Golfo da Guiné

O GG tem, nos últimos anos, sido alvo de um novo protagonismo no cenário internacional no que concerne às questões energéticas. Em concreto, nos países produtores dos Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Gana, Nigéria e São Tomé e Príncipe, as recentes descobertas de novas reservas de hidrocarbonetos *offshore*<sup>14</sup> ao longo da costa vieram oferecer um à região um papel de relevo no Oceano Atlântico (Nunes, 2015; Banchani, 2016).

Desde os anos 90 que o GG tem emergido como um repositório crítico de energia para o mercado mundial. Esta importância foi sublinhada pela ressurgência de interesses na região no pós-11 de setembro à medida que o Ocidente procurou reduzir a sua dependência a um instável Médio Oriente. O mesmo pode ser dito sobre a instabilidade do Leste Europeu após a anexação da Crimeia em 2014. Com o aumento desta inconstância, as reservas do GG atraem cada vez mais investidores diversos e, por esse motivo esta tornou-se no *hotspot* da indústria no que à exploração de petróleo e gás diz respeito (Onuoha, 2009; Banchani, 2016). De facto, e a título de exemplo, antes da descoberta de petróleo em quantidades significativas na costa ocidental africana, não existia qualquer referência da comunidade científica ao GG enquanto região. Foi, pois, a descoberta de petróleo que veio sublinhar a importância desta (Banchani, 2016).

Por conseguinte, a China não ficou indiferente a este cenário. Com efeito, desde 1993 que o país deixou de ser autossuficiente em matéria energética o que, desde então, a tem levado a procurar outras fontes de abastecimento a nível mundial. A este respeito, refira-se

---

<sup>14</sup> Reservas de recursos energéticos encontradas e exploradas no fundo dos oceanos (Nunes, 2015).

que, se em 1990 a China importava 1310 Toneladas Equivalentes a Carvão (TCE), em 2018 esses valores eram já de 110787 TCE (Instituto Nacional de Estatística da China, 2020).

Desde 2004, a China tem sido o segundo maior consumidor de petróleo mundial, sendo atualmente, inclusive, o maior importador deste bem, não se prevendo um retrocesso desta situação. De acordo com o Departamento de Energia dos EUA, o consumo total de energia alcançará 109,2 quatrilhões de BTUs em 2025 desde cerca de 40 no início dos anos 2000. Este crescimento implica um aumento do consumo de todas as fontes de energia, incluindo petróleo, cujo consumo crescerá mais de 200% no mesmo período. Neste sentido, Pequim está consciente que apenas a diversificação das fontes pode dar resposta às suas necessidades. De facto, em virtude do desenvolvimento e expansão da classe média, do fim da Política do Filho Único e da crescente urbanização, é exetável um incremento significativo do consumo de energia por parte da China. Para obter recursos energéticos, as empresas chinesas estão hoje espalhadas pelo mundo à procura de oportunidades de investimento, desde a Ásia e América do Sul a África (Alden, 2006; Klare & Volman, 2007; Onuoha, 2009; Instituto Nacional de Estatística da China, 2020).

Neste contexto, nenhuma fronteira pode ser considerada proibida ou remota *ad aeternum*. É o caso do Atlântico que encontra aqui um papel vital na resposta a estas necessidades (Scott, 2007; Nunes, 2011). Face a esta conjuntura, a política de *Going Out*<sup>15</sup>, acabou por ganhar nova relevância do ponto de vista dos investimentos energéticos chineses. Esta estratégia tem vindo a materializar-se, no domínio diversificação energética, no incentivo a inúmeros investimentos na Ásia Pacífico, Médio Oriente, América Latina e África, particularmente no GG (Nunes, 2011). O GG apresenta-se, por conseguinte, como o candidato ideal já que, à exceção da Nigéria que é membro da OPEP, os restantes países deste Golfo não oferecem grandes restrições à exploração e exportação de petróleo diretamente pela China (Xu 2008; Onuoha, 2009).

Não obstante, Mañe (2005) realça que o interesse chinês na região não se reduz à existência de recursos energéticos, mas é complementado pela facilidade de transporte destes. Com efeito, o GG possui uma localização estratégica em virtude da ausência de

---

<sup>15</sup> Estratégia China iniciada em 1999 para incentivar suas empresas a investir no exterior (Murphy, 2002).

*chokepoints*, sendo, por conseguinte, menos vulnerável a riscos provenientes de bloqueios e acidentes marítimos, quando comparado, por exemplo, ao Golfo de Áden. Ao mesmo tempo, pelo facto de ser maioritariamente localizada *offshore*, a produção petrolífera no GG não é afetada pela instabilidade politico-governativa ou violência. Tal oferece mais segurança aos abastecimentos e facilidade de acesso, resultando em custos mais competitivos. Igualmente relevante é a sua localização estratégica pela proximidade aos grandes mercados consumidores do Hemisfério Norte (Onuoha, 2009; Nunes, 2015; Banchani, 2016).

Do mesmo modo, é de salientar as particularidades do petróleo da região. O crude do GG é descrito como doce para indicar a sua boa qualidade comparativamente com o produzido na América Latina. A este respeito, o *The American Petroleum Institute Gravity (API Gravity)* afirma que o petróleo do GG tem valores entre os 30º e os 40º quando, e para referência, o da América Latina é inferior a 30º. O petróleo do GG possui ainda menos enxofre face aos padrões internacionais (Mañe, 2005; Banchani, 2016).

Mediante o exposto, o interesse da China pelo GG conhece, assim, uma momento chave, após a visita do presidente nigeriano, Olusegun Obasanjo, a Pequim, em 2001, seguida de uma visita da representação chinesa à Nigéria no ano seguinte. Nestes encontros de alto nível foram discutidos os contornos dos investimentos chineses nos caminhos de ferro, agricultura e exploração energética. Consequentemente, em 2004, a chinesa SINOPEC e a nigeriana NNPC chegaram a um acordo para desenvolver licenças de exploração no delta do rio Níger. Por outro lado, 2006 representaria um marco na relação entre a China e a Nigéria quando a empresa estatal de energia chinesa CNOOC anuncia um acordo de 2,3 mil milhões de dólares na aquisição de 45% de uma jazida de petróleo *offshore* neste país africano. Em meados dos anos 2000 a China era já responsável por 30% das importações de petróleo de África (Alden, 2006; Klare & Volman, 2007; Onuoha, 2009).

Estes investimentos por parte de empresas estatais chinesas rapidamente se alargariam aos restantes países produtores da região. De modo a poder competir com as empresas ocidentais, a China tem vindo a oferecer propostas financeiramente atrativas e promessas de ajuda ao desenvolvimento, incluindo a extensão de *soft loans*<sup>16</sup> aos países do GG. No setor energético, a China procura garantir o acesso a matérias-primas africanas ao

---

<sup>16</sup> Empréstimo com uma taxa de juros abaixo do mercado (The Economic Times, s./d.).

oferecer a sua *expertise* e influência económica para reconstruir as infraestruturas energéticas e logísticas do continente. Este *modus operandi* tem-se provado efetivo, garantindo a concretização de vários acordos de investimento (Alden, 2006; Onuoha, 2009; Rupp, 2013).

É possível de igual modo verificar como tendência que a China opta geralmente por estabelecer laços estado a estado com os países produtores de petróleo de modo a não ficar dependente de interesses de empresas privadas. Pequim recorre a empresas estatais para a procura de petróleo, havendo por isso uma sinergia dos interesses políticos e económicos na política externa chinesa face a África (e aos restantes continentes). Nota-se igualmente a preferência chinesa pela compra de jazidas já existentes em detrimento de direitos para a exploração futura, acreditando que tal garante maior segurança às operações e estabilidade dos preços. É deste modo possível minimizar os riscos, permitindo à China aprender com empresas já estabelecidas através da transferência de tecnologias (Alden, 2006; Rupp, 2013).

Para além do petróleo, Mañe (2005) e Allen (2012) destacam também a importância de um outro recurso existente na região, o gás natural. Pese embora este não tenha atingido ainda o seu expoente de exploração como sublinha Mañe, o caso da Nigéria – com as maiores reservas de gás natural em África – pode ser visto como a exceção (Banchani, 2016). O GG possui um quarto das reservas africanas, sendo que, em 2020 se calculava que a Nigéria possuísse cinco mil biliões de litros de reservas de gás natural (PWC, 2020).

Contudo, seria redutor limitar os interesses da China no GG aos hidrocarbonetos. De facto, como veremos a seguir, a China possui outros interesses económicos no GG que ultrapassam aqueles estritamente associados com os recursos energéticos.

## 2.2. Oportunidades económicas no Golfo da Guiné: Investimentos e Infraestruturas

Atualmente, os atrasos nas infraestruturas e no custo dos transportes em África continuam a retardar a produtividade do continente em 40% o que, por sua vez, prejudica o crescimento económico dos países africanos (Babatunde, 2020). A este respeito, estima-se que sejam necessários 93 mil milhões de dólares para ultrapassar este obstáculo. O problema não é exceção no GG, que se tornou um dos maiores recetores de investimento em infraestruturas nos últimos anos, nomeadamente por parte da China (Kelley, 2011; Babatunde, 2020;

Yachyshen, 2020).

Particularmente através dos projetos de financiamento do *Exim Bank*, a China tornou-se um dos principais financiadores do continente africano. Tais projetos têm proporcionado a Pequim diversas oportunidades económicas, apoiando simultaneamente o desenvolvimento da região. Refira-se a título de exemplo, que vários Estados africanos, como a Nigéria ou o Benim, têm recebido apoio para financiamento de projetos termais e hídricos que visam facilitar a sua eletrificação. Outros exemplos incluem um porto de águas profundas em São Tomé e Príncipe, que a China pretende converter num centro regional de transbordo. Sublinhe-se ainda a construção de um porto e de um aeroporto na Guiné-Bissau pela China, cujos acordos já se encontram assinados desde 2020, mas que à data da escrita, ainda não conheceram desenvolvimentos. Por sua vez, Babatunde (2020) acrescenta que a União Africana e a China assinaram, em 2015, um acordo de cooperação para a construção de infraestruturas de transportes que visa ligar 54 países africanos, entre os quais estavam incluídos os do GG. Este autor sublinha ainda a importância da Nigéria no âmbito da iniciativa acima mencionada, uma vez que a China tem vindo a financiar neste país vários projetos como um porto de águas profundas, ou a construção da chamada *Lekki Free Zone*. Esta última, cuja construção já foi iniciada, funcionará como um eixo para o transporte marítimo, apoiando a expansão assim a expansão da Rota da Seda Marítima do Século XXI para o Ocidente Africano (Neirametrics, 2022). Ainda na Nigéria, a China planeia também a construção de uma linha de comboio suscetível de ligar Calabar a Lagos ao longo da costa do país, bem como a modernização da linha de Lagos a Kano, após a conclusão da linha de Abuja a Kaduna pela *China Railway Construction Cooperation*. Existem ainda acordos para que a *China Civil Engineering Construction Company*, financiada pelo *China Exim Bank*, venha a ligar por via ferroviária a Nigéria ao Benim e aos Camarões ao longo da costa africana (Bosshard, 2007; Kelley, 2011; Babatunde, 2020; Yachyshen, 2020).

A China também tem usado o GG como uma base industrial, investindo no setor secundário, aproveitando-se do baixo custo da mão de obra. O desenvolvimento industrial apoia não apenas a diversificação das suas economias, mas, simultaneamente, pode ajudar a desenvolver o setor energético, criando o equipamento necessário (Kelley, 2011).

Do mesmo modo, em virtude do desenvolvimento populacional verificado nas últimas

décadas, assim como do crescimento da classe média, Pequim depara-se cada vez mais a necessidade de encontrar novos mercados de matérias-primas. Estes não oferecem apenas os materiais necessários à construção civil para sustentar a expansão urbana, como simultaneamente ajudam na produção de componentes eletrónicos necessários para o comércio externo chinês (Mane, 2005; Alden, 2006; Xu, 2008). Neste sentido, é igualmente relevante ao investimento da China a exploração de outros recursos também produzidos nestes países e essenciais ao desenvolvimento económico chinês como o algodão, a madeira, a bauxite, ferro, aço ou o cobre. De destaque é também a produção de diamantes ou Columbine-tantalite usado em equipamentos tecnológicos (*ibidem*).

A China procura também garantir a sua segurança alimentar uma vez que não possui capacidade de se autossustentar em termos agrícolas. O país experiêcia agora as consequências de anos de políticas que priorizam o desenvolvimento económico em prol da natureza. O país encontra-se hoje num cenário de diminuição de terra agrícola arável incapaz de produzir o suficiente para alimentar o crescente consumo interno (Mane, 2005; Alden, 2006). Neste contexto, a China tem atualmente investido no setor da agricultura e pescas em África. Investidores chineses criam, por exemplo, *joint ventures* para a pesca no Gabão e Namíbia com algumas das maiores empresas de pesca no mundo. Similarmente, várias empresas estatais chinesas têm alugado terras agrícolas na Zâmbia, Tanzânia e Zimbábue para a produção de culturas necessárias ao mercado chinês como o cacau, café, trigo, arroz ou soja (Mane, 2005; Alden, 2006). No GG, a China encontrou também um mercado de consumo e escoamento para os seus produtos através de redes que se espalham até às zonas mais rurais do continente, muitas vezes lideradas por empresas estatais (SOE) (Alden, 2006).

Os investimentos da China são muitas vezes observados como uma situação *win-win*, que traz vantagens às várias partes envolvidas. Contudo, perante a utilização de trabalho chinês em detrimento de local, a riqueza gerada é transformada em remessas e não gasto na economia local. Esta situação, acompanhada das críticas de que a China não apoia o trabalho de manutenção das próprias infraestruturas têm gerado um certo movimento de resistência nas populações locais à atuação de Pequim. Os próprios casos de corrupção ocorridos quando estão grandes investimentos envolvidos, adiciona algum mediatismo à questão (Kelley, 2011; Duarte, 2014; Babatunde, 2020; Yachyshen, 2020.).

Do mesmo modo, a insegurança vivida na região pode muitas vezes, colocar em causa o sucesso dos investimentos chineses.

### 2.3. Segurança no Golfo da Guiné: Meio e Finalidade

A segurança da China e do seu regime está desde logo associada à segurança dos seus investimentos externos uma vez que destes depende a segurança económica, energética e alimentar de todos os 1,4 mil milhões de cidadãos chineses. Dentro deste número é possível encontrar uma parte significativa (mais de 40 milhões) que vive em diáspora (OIM, 2021). É, neste sentido, que, a pensar na proteção dos seus investimentos, bem como na segurança física da sua diáspora surge, nos anos 2000, o conceito de *overseas interests*<sup>17</sup>. Inicialmente este conceito era percebido sob o ponto de vista diplomático, sendo mais tarde alargado para abranger também a esfera de defesa à medida que as capacidades militares chinesas se começaram a afirmar (Martinson, 2019).

Deste modo, é possível verificar um gradual interesse de Pequim no GG em virtude da diáspora chinesa aí presente, com especial destaque na Nigéria, perante a instabilidade vivida na região. A maior preocupação de segurança da China no estrangeiro é manter a segurança dos seus cidadãos, instituições e bens, sendo simultaneamente necessário, de acordo com Xi Jinping, a proteção mais abrangente dos interesses chineses na área financeira, energética, de exploração de recursos e comerciais (Esteben, 2017; Martinson, 2019; Xi, 2021). Tal é evidenciado nos *Defense White Papers* de 2015 e de 2019 que mencionam a importância de proteção das instituições chinesas no estrangeiro. O mesmo poderá ser verificado na Lei Antiterrorista da China, de 2015, onde no capítulo 1, artigo 11 se defende o direito de a China interferir no estrangeiro quando os seus cidadãos estejam em risco por ameaças terroristas<sup>18</sup>. Constata-se, assim, uma progressiva flexibilização na abordagem chinesa do outrora dogmático princípio de não-interferência (Martinson, 2016; 2019; SCIOPRC, 2015, 2019; CCCPC, 2016).

É possível deste modo verificar que a China está a ter dificuldades em aproveitar todo

---

<sup>17</sup> Investimentos, Empresas e Cidadãos Chineses localizados no estrangeiro (Martinson, 2019).

<sup>18</sup> "A República Popular da China exerce jurisdição criminal e persegue legalmente a responsabilidade criminal por crimes de atividade terrorista cometidos contra o Estado da República Popular da China, ou seus cidadãos ou organizações fora do território da República Popular da China (...)" (Lei Antiterrorista da China, 2015; Tradução da Candidata).

o seu potencial de investimento nos países do GG devido à incapacidade destes em controlar o seu domínio marítimo. De facto, o *The International Maritime Bureau* classifica o GG como uma das áreas mais perturbadas pela pirataria marítima, globalmente, desde os anos 90 (Gilpin, 2007). No entanto, a resposta da China à pirataria no GG tem sido sobretudo limitada ao seu papel como membro permanente do Conselho de Segurança (CS) da ONU. Pequim tem desde o início votado a favor das resoluções do CS em relação ao combate à pirataria e roubo armado no GG. Contudo, o país procurou desde sempre resoluções regionais para o problema envolvendo os Estados ameaçados e, se necessário, apoio internacional. Os esforços da China ocorrem sobretudo a nível bilateral através de exercícios de combate à pirataria e assistência militar. Neste sentido, a China realiza igualmente visitas portuárias no GG com vista ao desenvolvimento de exercícios militares comuns e de capacidades militares e de patrulhamento em países como o Benim e a Serra Leoa (Zhou & Seibel, 2015; Martinson, 2019).

Porém, quando comparada com o apoio dos EUA ou da UE, a assistência da China ao GG continua a ser bastante limitada. Se estes primeiros investem em *capacity building* dos países e iniciativas que envolvem a realização de exercícios marítimos, a atuação da China procura, ao invés, financiar o *West and Central African Maritime Security Trust Fund of the IMO* para a implementação do código de Yaoundé<sup>19</sup> para a luta antipirataria. Do mesmo modo, a China também não é atualmente membro da G7++ Amigos do Golfo da Guiné<sup>20</sup>, uma organização que promove o desenvolvimento de capacidades da região através do apoio de parceiros internacionais (Zhou & Seibel, 2015; Governo do Reino Unido, 2021).

Para além do referido problema que representa a pirataria, outras questões se impõem como barreiras ao desenvolvimento económico da região. É de destacar, por exemplo, o crime nacional e transnacional, tal como o roubo de petróleo no Delta do Níger. A este respeito, sublinhe-se que o crime organizado custa à região cerca de 1,2 mil milhões de dólares anualmente em perda de receitas. Por sua vez, os gangues responsáveis por estes crimes contribuem também para a proliferação de armas na região. Do mesmo modo, a região

---

<sup>19</sup> "Code of Conduct concerning the Repression of Piracy, Armed Robbery against Ships, and Illicit Maritime Activity in West and Central Africa", também conhecido como o "Yaoundé Code of Conduct" foi assinado em 2013 por vários países do Golfo da Guiné para a cooperação no combate à pirataria (UE External Action, 2021).

<sup>20</sup> Formado pela Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Itália, Japão, Reino Unido, França, Bélgica, Brasil (observador), Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suíça, União Europeia, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime e a Interpol (Observatório da língua portuguesa, 2016).

tem-se tornado um polo para o narcotráfico e transporte de substâncias ilícitas com destino à Europa através da Macaronésia (Gilpin, 2007; Anyimadu, 2013; Martinson, 2019).

Simultaneamente, é de realçar o risco de disputas fronteiriças suscetíveis de precipitar o conflito armado, particularmente quando as regiões em questão apresentam potencial económico significativo. Consequentemente, as disputas dificultam o entendimento dos países em relação a ameaças de segurança comuns. Exemplos de desentendimentos fronteiriços incluem aqueles entre a Nigéria e os Camarões ou da Guiné Equatorial e Camarões ou entre o Gabão e a Guiné Equatorial (Gilpin, 2007; Anyimadu, 2013). Por outro lado, também o próprio terrorismo liderado na região por grupos fundamentalistas como os *Boko Haram* representam um perigo para os investimentos chineses na região (Duarte, 2014).

A degradação ambiental é, também ela, uma ameaça comum ao desenvolvimento do GG, especialmente em virtude da má gestão dos recursos piscatórios que conduz a desequilíbrios nos ecossistemas. A pesca ilegal é uma prática comum (40%) o que também traz consequências ao desenvolvimento económico dos países. Do mesmo modo, um número significativo de países não assinou qualquer convenção sobre a poluição, preparação para desastres ambientais ou emissões provocadas pelo petróleo como a *Convention on Oil Pollution Preparedness, Response and Cooperation* (Gilpin, 2007; Anyimadu, 2013).

Podemos, pois, observar que, até ao momento, a atuação securitária da China na região não conduziu a nenhuma ação significativa. Contudo, tal não implica um desinteresse da China na cooperação (Zhou & Seibel, 2015). Neste sentido, Pequim tem intensificado a sua estratégia de segurança para África através do envolvimento em missões de *Peacebuilding* e *Peacekeeping*. Estas têm ocorrido desde o início da presidência de Xi Jinping com o objetivo de criar uma *Comunidade de Destino Comum* na qual a cooperação em segurança seja uma prioridade. Assim, a China pretende não só proteger os seus interesses económicos em África como também criar a imagem de país responsável, difundindo o seu *soft power* (Yu, 2018). A título de exemplo, a China participou em missões como a Missão de observação da ONU na Libéria, a Missão da ONU na Serra Leoa, a Operação da ONU na Costa do Marfim ou a Missão Multilateral para Estabilização Integrada no Mali. A China participa nestas missões através do envio de tropas de manutenção de paz e de fundos. Destacam-se ainda iniciativas de auxílio médico e humanitário para a região (Xinfeng et al, 2017).

É, deste modo, possível concluir que, para garantir a sua própria segurança, a China precisa de trazer segurança ao GG. Havendo esta interdependência, a China necessita de ajudar os países da região a estabilizar as suas ameaças de vária ordem para fornecer a segurança necessária aos seus investimentos e diáspora. Dado o interesse próprio e egoísmo preconizados pelo neorrealismo, percebemos então que a China tem de intensificar a presença militar no Atlântico para proteger o seu acesso ininterrupto a recursos. E, nesse sentido, a segurança acaba por se tornar simultaneamente num meio e num fim. Do mesmo modo, ao ajudar a manter paz e estabilidade em África, a China espera garantir o crescimento económico e comercial do continente. Tal apoiaria não apenas a sustentabilidade do crescimento económico chinês como também a expansão dos seus mercados de investimento através, por exemplo, da deslocação de indústrias para o continente (Yu, 2018). Por este motivo, as instituições financeiras chinesas têm concedido avultados empréstimos destinados à modernização dos equipamentos militares e novos métodos de treino militar através da educação militar, administração de academias militares, tecnologia e equipamentos, comunicação e logística. Também o próprio comércio de armas pode ser enquadrado numa vertente de cooperação militar (Duarte, 2014; Xinfeng et al, 2017).

Sublinhe-se ainda que a China tem apoiado também os esforços de reconstrução no pós-guerra nos países do GG, promovendo o seu lema de “Paz Através de Desenvolvimento” em países como a Serra Leoa e Libéria (Hu, 2004). É igualmente notório o facto de, em 2015, Xi Jinping ter anunciado o fornecimento de apoio militar gratuito da China à União Africana para ajudar a criação da Força de Espera e de Capacidade Africana para Resposta Imediata a Crises (Xinfeng et al, 2017).

Realce-se, contudo, que em aspetos de segurança, a China apoia oficialmente o princípio de não-interferência nos assuntos internos, enfatizando a autonomia dos países nesta matéria. E, por esse motivo, Pequim procura resolver os conflitos dentro do contexto da ONU ou das organizações regionais africanas, fomentando o diálogo político e não a coerção ou intervenção militar (Xinfeng et al, 2017). Esta questão é, contudo, agravada pela atuação dos outros atores no sistema internacional (SI). O governo chinês tem dedicado uma atenção significativa ao Dilema de Segurança, temendo que os EUA, num possível conflito, deixem a China refém quando a sua economia é tão dependente do oceano. Essa situação explica, por sua vez, o crescente investimento da militarização marítima da China. Apesar de

a liderança política chinesa proclamar aderir oficialmente a uma estratégia de desenvolvimento pacífico, recusando jogar o jogo da hegemonia da mesma forma que as outras potências, a competição é inevitável. O choque de interesses entre a China e os EUA poderá, contudo, escalar e alterar esta dinâmica de competição. E, por isso, o continente africano, no geral, e o GG, em particular, são aliados indispensáveis da China (Banchani, 2016; Yu, 2018).

### Conclusão Parcial

O principal foco da teoria neorrealista prende-se com o sistema anárquico e o potencial deste em agravar o Dilema de Segurança. Uma vez que a China, à semelhança de qualquer outro estado, não está sujeita às leis e regras de um organismo ou instituição superior, cabe a si garantir a sua própria segurança e, em última instância, sobrevivência do sistema político e liderança. Para o efeito, a China tem de lidar com duas principais preocupações.

Em primeiro lugar, a China necessita de garantir o abastecimento ininterrupto ao país dos diferentes recursos que sustentam o seu desenvolvimento. Face às crescentes necessidades de recursos enérgicos, a China tem procurado encontrar novas fontes de abastecimento. Neste sentido, nas últimas décadas, em particular após o 11 de setembro de 2001, o GG tem se revelado uma alternativa à instabilidade do Médio Oriente. Por este motivo, a região é atualmente um dos principais fornecedores de petróleo e gás natural à China. Contudo, os seus recursos não compreendem apenas hidrocarbonetos, mas simultaneamente, outras matérias-primas como minérios ou produtos florestais e agrícolas.

A segunda preocupação prende-se, de modo semelhante, com o desenvolvimento económico e do comércio. A China necessita de encontrar mercados para os seus produtos e simultaneamente para os seus investimentos. No GG a China encontrou um novo mercado para escoar os seus produtos e simultaneamente potencial para investimentos, nomeadamente no que a infraestruturas preocupa.

Contudo, o GG, continua a ser uma região com vários problemas de segurança, destacando-se a pirataria. E, neste sentido, a China precisa de superar estas ameaças, uma vez que, reforçando a ideia, o sistema é anárquico A China tem procurado contrariar esta

situação, contudo, a resposta continua a ser, por hora, insuficiente. A estabilidade do GG permite a diversificação dos mercados o que por sua vez apoia a diminuição da dependência da China ao Ocidente, especialmente tendo em consideração o ambiente gerado pelas últimas guerras comerciais. A questão das tensões entre o ocidente e a China serão analisadas de forma mais detalhada no capítulo seguinte.

### CAPÍTULO 3 - A INFLUÊNCIA GEOPOLÍTICA DA CHINA NO GOLFO DA GUINÉ

O seguinte capítulo procura observar a influência geopolítica chinesa no GG, contextualizando a presença da China na região enquanto parte da sua busca por aliados que apoiem as suas diversas campanhas políticas e diplomáticas através do Consenso de Pequim. Para tal analisar-se-á a importância do Atlântico num cenário de *encirclement* dos EUA na Ásia.

#### 3.1. O Consenso de Pequim vis-a-vis o Consenso de Washington no GG

No decorrer da Guerra Fria, os Estados ocidentais envolveram-se significativamente nos destinos políticos de África, numa tentativa de conter o comunismo. Contudo, a partir dos anos 90, começou a verificar-se um certo afastamento do Ocidente ao continente africano. Em particular, os Estados europeus falhariam em criar relações sustentáveis com África, deixando a responsabilidade do crescimento económico e do desenvolvimento social recair sobre as instituições de *Bretton Woods*<sup>21</sup>. Tal tarefa, contudo, falhou em prever a influência que a China viria a alcançar no continente (Galchu, 2018).

Neste sentido, é possível verificar mais do que nunca a divergência ideológica entre a China e os EUA que, com o objetivo de sobrevivência dos seus Estados acabam por ver na hegemonia uma resposta. Cada um dos países procura utilizar um método diferente para cativar novos aliados. Os EUA com o Consenso de Washington e agora a China com a sua versão: o Consenso de Pequim (Waltz, 1988; Yu, 2018).

O termo *Beijing Consensus* ou Consenso de Pequim foi criado em 2004 por Joshua Cooper Ramo, que o descreveu como uma alternativa ao *Washington Consensus* ou Consenso de Washington e todo o seu contexto de direitos, abertura económica, estabilidade macroeconómica e liberalização política para fins económicos, que haviam sido perseguidos pelos EUA desde o final da Segunda Guerra Mundial. Em termos práticos, enquanto o apoio financeiro oferecido por parceiros tradicionais, como o FMI e o BM apresentam requisitos elevados em termos de Direitos Humanos e democracia, a China ignora esse tipo de condições, o que se tem revelado, por sua vez, atrativo para os países recetores em África

---

<sup>21</sup> Sistema de Gestão Monetária, criado em 1944, com o objetivo de desenvolver regras unificadas para garantir a estabilidade das taxas de câmbio. Em termos práticos, estabeleceu duas instituições responsáveis pela economia mundial: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (Amadeo, 2022).

(Masucol, 2018). Com efeito, e ao contrário do Consenso de Washington, o Consenso de Pequim, não aceita a existência de valores e princípios universais (Galchu, 2018). A China defende que cada país deve encontrar o seu próprio modelo, políticas e instituições para o desenvolvimento que se adeque às suas características e necessidades locais (*ibidem*). Enquanto o Consenso de Washington defende que os Estados africanos devem restringir a sua política macroeconómica, reduzir a despesa pública e comprometerem-se com a transparência e democracia, o Consenso de Pequim foca-se, por sua vez, na não interferência e na soberania de cada estado (Galchu, 2018).

Através de uma ajuda direta e linhas de crédito, a China tem apoiado as nações africanas a construir infraestruturas. Contratos que demorariam anos a serem negociados com o Banco Mundial, são realizados com a China em semanas, eliminando deste modo a burocracia que caracteriza o espírito de *Bretton Woods*. Do mesmo modo, os juros contratualizados são, contrariamente aos do ocidente, tendencialmente mais baixos e dilatados por um maior período de tempo (Galchu, 2018).

Estas aspirações de desenvolvimento da China para a região estão definidas no Programa China-África para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e Social, uma subsidiária do Fórum para a Cooperação China-África, criado em 2000. Este primeiro define princípios de coexistência baseados nos valores da Conferência de Bandung: não-interferência; respeito pela soberania; igualdade e benefício mútuo. É, neste sentido, que o Ministério dos Negócios Estrangeiros da China define os princípios gerais que guiam a atuação da China em relação a África, na qual o GG se inscreve naturalmente: sinceridade, amizade e igualdade; benefício mútuo, reciprocidade e prosperidade conjunta; apoio mútuo e coordenação; e aprendizagem comum na procura do desenvolvimento (Lammers, 2007; Galchu 2018; MNE RPC, 2022). Por outras palavras, o apoio chinês não implica respeito por Direitos Humanos, boa governança, reformas económicas ou preocupações ambientais, exigindo apenas a adoção da Política de *Uma Só China* (Lammers, 2007; Galchu 2018).

Contudo, autores como Kelley (2011) olham para esta evolução da China no GG com maior precaução, acreditando que este investimento poderá exacerbar a má governação dos recursos. O investimento chinês não requiere a implementação de medidas anticorrupção nem exige monitorização da forma como este é despendido (Kelley, 2011; Yu, 2018). Se a China

tem procurado garantir a segurança dos investimentos no GG, tal ocorre ainda numa visão a curto prazo, ignorando as consequências do ambiente político (à semelhança do ocorrido em países como a Líbia). Também o próprio *Soft Power* que a China tem procurado disseminar no continente africano é afetado à medida que a moralidade e intenções do seu investimento e ajuda humanitária começam a ser questionados (Masucol, 2018; Yu, 2018).

Contudo, e em oposição ao anteriormente exposto, o Consenso de Pequim é visto por muitos líderes africanos como uma forma de escapar ao neocolonialismo do ocidente. O exemplo do desenvolvimento da China e do seu rápido sucesso no combate à pobreza é visto como modelo por muitos Estados do GG, dando-lhes otimismo de que tal também é possível para eles (Lammers, 2007).

Contudo, este modelo chinês de desenvolvimento enfrenta obstáculos à sua sobrevivência, nomeadamente por parte dos EUA.

### 3.2. O *encirclement* americano à China: a busca por alternativas no Atlântico

Após a tomada de posse do governo de Obama foi visível uma crescente redireção estratégica dos EUA para o Pacífico. Neste contexto, a China perceciona-se atualmente confinada num *encirclement* para conter o seu crescimento. A viragem para o Atlântico e para os novos mercados que este representa é, atualmente a única forma de Pequim para contrabalançar a hegemonia americana. Neste contexto, torna-se imperativo à China entrar no Atlântico de modo a superar o bloqueio marítimo americano no Pacífico e desenvolver uma “linha externa” na sua estratégia naval (Mohan, 2009; Wu, 2021).

Martinson (2019), defende este argumento ao enaltecer o valor geopolítico do GG, pela capacidade deste em aliviar a pressão militar que a China sofre no Pacífico por parte dos EUA. Com efeito, ao desenvolver as suas competências marítimas em outras regiões além das suas zonas costeiras, Pequim conseguiu introduzir uma nova vertente externa, de caráter ofensivo, na sua estratégia naval. Deste modo, ao desenvolver a sua posição no Atlântico, a China levaria indiretamente os EUA a aliviarem os meios no Pacífico para dirigirem a atenção para a nova ameaça percecionada. Por outras palavras, ao tornar-se paulatinamente assertiva no Atlântico, a China diminuiria o *encirclement* americano na Ásia. Sabendo que a pressão dos

EUA virá pelo Pacífico, Pequim procura deste modo balancear através de África (Yu, 2018; Martinson, 2019).

Assim, é possível verificar que o envolvimento da China no GG vem, em parte significativa no seguimento da crescente competição com os EUA para supremacia global. Académicos chineses como Yu (2018) acreditam que a China se encontra agora num ponto de mudança na distribuição de poder mundial em virtude de ser a segunda maior economia global. Ao relacionar-se com os países em desenvolvimento e expandindo a sua influência política e económica, a China está a diminuir a sua distância em *hard* e *soft power* que a separa face aos EUA. E, neste sentido, a importância da relação com o *Global South* tem vindo a intensificar-se consideravelmente nos últimos anos, tornando-se um aspeto fulcral da *Comunidade de Destino Comum* (Lammers, 2007; Yu, 2018)

Do mesmo modo, ao desenvolver as suas capacidades marítimas, a China tem mostrado que está a fortalecer o seu poder, procurando, enquanto, mitigar o *encirclement* americano. Refira-se a este respeito que, os mísseis balísticos que a China tem vindo a testar são cada vez mais sofisticados, conseguindo responder a qualquer ameaça nas suas costas (Martinson, 2019).

O GG não deixa, contudo, de ser importante para os EUA, que têm procurado intensificar os diversos aspetos económicos, militares e políticos da relação, em especial com a Nigéria. Em 2005, esta região foi inclusive considerada de “interesse vital” para os EUA, estimulando desenvolver, através do multilateralismo, uma relação de segurança envolvendo diversas instituições e organizações internacionais (Onuoha, 2009; Departamento de Estado EUA, 2021).

No mundo pós-11 de setembro, a instabilidade em África era vista pelo Ocidente como uma possível ameaça à segurança global, e, nesse contexto, as linhas de soberania foram por diversas vezes ultrapassadas (Onuoha, 2009). A reemergência da China veio modificar este fenómeno: A China começou a competir com empresas americanas na região, oferecendo programas de ajuda internacional. A relação entre a China e o GG ganhou particular tração em 2006, com o 3º Fórum para a Cooperação China–África, que atraiu renovada atenção à relação (Onuoha, 2009). É igualmente impossível negar a importância que o Plano de Ação de Pequim (2007-2009) assume para ambas as partes (China e África), na medida em que este

define os diferentes níveis abrangidos pela cooperação: económica, judicial, organizações regionais e locais, a educação, o desenvolvimento das infraestruturas, etc. Desde então, África e o GG em especial, tornou-se um palco para a competição entre os EUA e a China (Duarte, 2014; Yu, 2018).

### 3.3. A Busca por Aliados Políticos no GG: Taiwan e apoio nas Nações Unidas

Para além do interesse económico, vários autores, incluindo Yu (2018) e Masuol (2018) apontam o interesse da China no GG como meio para intensificar relações políticas que possam conduzir a um apoio crescente às suas ações na arena mundial. Este apoio é fundamental para a China perante a condenação ocidental ao governo autoritário chinês, como atestam os episódios de Tiananmen e Hong Kong. Do mesmo modo, em 2004, vários Estados africanos que ajudaram a que a China não sofresse repercussões na ONU perante as violações de Direitos Humanos ocorridas no Xinjiang (ONU AG, 2006; Lammers, 2007; Yu, 2018).

Sendo um ator importante nas organizações internacionais multilaterais, a China reconhece que precisa de apoio para poder proteger e promover os seus interesses nas diferentes votações. Os Estados africanos constituem o maior bloco de votos nas organizações internacionais e, geralmente, os seus interesses vão de encontro aos da China a nível político e económico, ao contrário dos restantes países asiáticos. A título ilustrativo, os países do GG poderão ser a maior garantia para a China de que o Japão não conquista assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (Alden, 2006; Yu, 2018).

Por outro lado, verifica-se ainda o apoio à preservação da integridade territorial chinesa, no âmbito do qual o Tibete é uma peça central. O mesmo se aplica a Taiwan. As sucessivas tentativas da ilha em reentrar na ONU sob o nome de República da China são constantemente rejeitadas com o apoio de diferentes países do GG. A este respeito, é interessante notar a mudança de fidelidade de São Tomé e Príncipe que, em 2016, cortou relações oficiais com Taiwan, seu antigo aliado, em virtude da importância económica da China no comércio com o país (Alden, 2006; Viegas, 2016; Masuol, 2018; Yu, 2018). Taiwan é, do mesmo modo, vital ao nível estratégico para assegurar o controlo das linhas marítimas, eliminando o ponto de apoio dos EUA na região pelo que, o seu reconhecimento como parte

da China assegura ambições marítimas desta última (Duarte, 2014).

Merece ainda destaque o apoio dado por África à realização de grandes eventos internacionais em solo chinês. Ilustrativo a este respeito são os Jogos Olímpicos em Pequim em 2008, a Expo 2010 em Xangai ou os Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim em 2022 (Yu, 2018; Lusa, 2021). Por último, importa também realçar o apoio dado pelo GG nas disputas territoriais que Pequim mantém em relação ao Mar do Sul da China, nos quais esta está bastante isolada em relação à posição do Ocidente (Yu, 2018). Por todas estas razões, a diplomacia face aos Estados africanos é considerada ao nível mais elevado por Pequim (Alden, 2006; Masucol, 2018; Yu, 2018).

Nestes casos, a China acabaria por estar a responder à sua insegurança derivada das necessidades internas e, simultaneamente, a tentar garantir pelos próprios meios a sua segurança e a dos seus cidadãos. Vigorando cenário internacional um sistema de cunho marcadamente ocidental, a China aliar-se-ia a países do Sul, insatisfeitos com os resultados deste sistema, para formar um novo modelo de governação internacional, com instituições próprias. Esta visão, revisionista para o Ocidente, não pretende, todavia, alterar ou reformar por completo o sistema, mas ao invés, moldá-lo para ser mais inclusivo, equitativo e condizente com o interesse da China. A China acabaria, conseqüentemente, por se aproveitar do vazio de poder verificado na região para mitigar as suas inseguranças energéticas, alimentares e geopolíticas, num sistema anárquico, e concretizar, assim, os seus objetivos (Waltz, 1988; Yu, 2018).

### Conclusão Parcial

O comércio e ajuda internacional da China com o GG não podem ser dissociados de implicações políticas. Em primeiro lugar, é, desde logo, possível interpretar a presença da China no GG num contexto de competição face aos EUA, no qual o Consenso de Pequim se tem revelado como uma alternativa aos países que não se reveem no Consenso de Washington. A China aproveita-se da anarquia e do vazio de poder verificado no GG para criar um sistema internacional moldado aos seus próprios interesses e objetivos.

Do mesmo modo, podemos concluir, em função do exposto no capítulo que aqui finda, que a crescente influência da China no Atlântico constitui uma tentativa de Pequim em mitigar

o *encirclement* levado a cabo pelos EUA na Ásia-Pacífico. Com vista a diminuir este isolamento, a China tem procurado encontrar novos aliados que apoiem as suas diversas iniciativas ao nível do multilateralismo regional e internacional. Ao que tudo indica, no GG tê-los-á encontrado. Em termos geoestratégicos, o GG é uma região-chave, suscetível de apoiar uma posição gradualmente assertiva da China no Atlântico, bem como um alívio da pressão no Pacífico por parte dos EUA. Por outro lado, a presença da China no GG dispõe de potencial - através de estratégias de *hard* e *soft power* - para garantir uma manutenção do paradigma no que diz respeito ao reconhecimento a Taiwan e ao Tibete como parte integrante do seu território. Para Pequim, o contínuo apoio externo à ideia de uma só China constitui um dos pontos vitais da sua política externa.

## CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como principal objetivo investigar a crescente influência da China no GG. Através do quadro teórico Neorrealista, realizou-se uma análise com vista à compreensão de como a presença da China na região tem evoluído ao longo das duas últimas décadas em função dos seus interesses económicos, políticos e, inclusive, de segurança.

O Neorrealismo tem por foco essencialmente os efeitos do sistema internacional na Balança de Poder. Assim, o sistema internacional é composto por várias potências, todas elas interessadas em sobreviver. Contudo, como o sistema é anárquico, não existindo, por conseguinte, uma autoridade central capaz de proteger os Estados, cada país procura os seus próprios mecanismos com vista à sobrevivência, pelo que a competição entre os Estados é inevitável. Neste sentido, os Estados tendem a apoiar-se através de alianças para contrabalançar Estados maiores. Partindo destes princípios, o Neorrealismo confere especial atenção ao modo como as estruturas condicionam o comportamento e as ações dos Estados. Desta Anarquia emerge o Dilema de Segurança que evidencia a insegurança que os Estados experienciam. O Neorrealismo argumenta ainda que é impossível conhecer verdadeiramente as intenções dos Estados, dado o facto de que cada um age de forma inerentemente egoísta e prioriza os seus próprios interesses.

Deste modo, foi possível encontrar uma resposta à pergunta de investigação colocada inicialmente: *Qual tem sido o papel do GG no contexto das crescentes incursões marítimas da China no Atlântico?* Esta dissertação procurou demonstrar que, apesar da atual importância estratégica atribuída ao Oceano Pacífico, o Oceano Atlântico, apresenta, contudo, diversas potencialidades geoeconómicas e geopolíticas. Dito isto, a primeira missão da PLAN no Atlântico ocorreu em 2014, sendo que, desde então, vários têm sido os projetos diplomáticos e militares da China neste espaço, em particular no Sul. A China tem investido, particularmente, na exploração e pesquisa do Oceano Atlântico, melhorando o seu conhecimento sobre a região. Ao fazê-lo, a China busca assim novas vantagens no ponto de vista económico, energético, político e de segurança.

O GG, localizado no Atlântico Médio, tem sido alvo nas últimas décadas do século XX, de um vazio de poder estratégico em virtude de não ser considerado como área prioritária

para os restantes atores atlânticos - como a UE, EUA, NATO ou ZOPACAS. Este vazio, resulta igualmente, como acima exposto, da anarquia resultante das falhas da governação para o vasto Atlântico. Neste sentido, e de acordo com o Neorrealismo, a China tem procurado habilmente aproveitar-se deste vazio, criando uma zona de influência numa área anteriormente esquecida pelos restantes atores internacionais. Ao fazê-lo, a China percebe as vantagens que a região lhe oferece dentro do sistema, no âmbito da sua busca pela hegemonia ao nível internacional. Esta estratégia, gradual e subtil, para além de responder às ambições geopolíticas da China, oferece igualmente recursos e ajuda a preencher as necessidades chinesas, quer sejam energéticas, agroalimentares ou comerciais no geral.

Podemos assim verificar, que, tal como preconiza o Neorrealismo, a China procura garantir a sua sobrevivência e hegemonia num contexto de anarquia, à luz do desinteresse de terceiros num vazio internacional. A este respeito, em termos económicos, o pós-11 de setembro trouxe à China novas oportunidades no GG. Constatou-se, de facto, a partir de 2001, com a visita do então Presidente da Nigéria a Pequim, o estabelecimento de relações bilaterais entre a China e os diferentes países do GG, visando responder ao fim da autossuficiência energética, verificada desde 1993 na China. A China apresenta tendências de mudança nos padrões populacionais, com um crescimento da classe média, cada vez mais exigente ao nível de consumo. Por este motivo, a região é atualmente um dos principais fornecedores de petróleo e gás natural ao país, permitindo-lhe, por sua vez, mitigar a dependência deste face ao Médio Oriente. A China encontrou, no GG igualmente um novo mercado para escoar os seus produtos, importar matérias-primas e, simultaneamente, potenciar os seus investimentos, nomeadamente no que a infraestruturas diz respeito.

Contudo, o GG continua a ser uma região fustigada por vários problemas de segurança, destacando-se a pirataria marítima. Neste contexto, a China apoia a formação de soldados e missões conjuntas com as marinhas de guerra dos diferentes países da região. Nestes casos, todavia, a China não recorre à *realpolitik* preconizada pelo Neorrealismo, mas, ao invés a uma crescente cooperação estratégica, muitas vezes enquadrada no escopo de organizações regionais. Assim, a segurança chinesa está, de certa forma, refém da proteção da sua própria diáspora e investimentos. Num quadro anárquico, onde cada estado precisa de garantir a sua sobrevivência, o bem-estar dos cidadãos chineses é uma prioridade. Neste sentido, apenas ao encontrar respostas que mitiguem a insegurança no GG, a China é suscetível de garantir a sua

própria segurança, bem como a dos seus interesses localizados nesta área geográfica. Destaque-se, a este respeito, a instabilidade social e política atuais, exacerbados pela resistência da população à atuação da China na região. Com efeito, se por um lado, diferentes líderes dos países do GG proporcionam à China o seu apoio político, por outro, certos setores da população nem sempre percebem vantagem na relação. A China tem procurado contrariar esta situação, através de *soft power*, tentando combater a sinofobia disseminada entre uma parte da população. Contudo, a eficácia da resposta permanece insuficiente.

Simultaneamente, o comércio e ajuda internacional da China no GG é, também ela, motivada pela competição ideológica sino-americana. Esta é particularmente visível na oposição entre o Consenso de Washington e o Consenso de Pequim. Uma vez que o Neorrealismo preconiza a preponderância do sistema sob a ação dos agentes, é, pois, inegável, que a crescente influência chinesa no GG se deva em grande parte às falhas do sistema ocidental na região. Este sistema, posto em prática pelo Consenso de Washington mostrou ser incapaz de incluir no seu ecossistema o *Global South*, em virtude das suas condicionantes de natureza política que obrigam a reformas estruturais dos regimes – que nem sempre nelas estão interessados. Ao invés, a China, através do Consenso de Pequim, oferece aos países africanos uma alternativa, um sistema no qual estes podem perceber vantagens, mesmo que dentro de uma área de influência chinesa. Através da contratualização de *soft loans* e ajuda ao desenvolvimento, a China pode provar a tese Neorrealista de que os Estados agem de acordo com enquadramento de cada sistema, e que, quando não se reveem numa determinada ordem, inevitavelmente procuraram alternativas, que favoreçam o seu desenvolvimento.

Não deixa de ser interessante, contudo notar que, o Consenso de Pequim não deixa de apresentar, ainda assim, condicionantes do tipo político, como atesta toda a questão de *Uma Só China*, indiscutível para o PCC no âmbito do financiamento. Pequim necessita de aliados que apoiem a sua visão política no seio da ONU apenas através de alianças políticas é possível aos Estados contrabalançar o poder das grandes potências. No GG, à semelhança do que sucede no restante continente africano, a China tê-las-á encontrado. De facto, a região evidencia a crescente mutação do tradicional foco de Pequim de geoeconomia para geopolítica, em especial quando comparado com o restante Oceano Atlântico.

Num Oceano fragmentado, fruto por si só de um sistema anárquico, a influência de Pequim na região é suscetível de contribuir para a modificação de toda a geopolítica atlântica e relançar a China para um novo patamar no cenário internacional. Por novo patamar poderá aqui entender-se uma postura tipicamente Neorrealista, onde os Estados competem continuamente por um estatuto mais elevado face aos demais (pese embora a política de desenvolvimento chinesa não possua oficialmente aspirações hegemónicas). No Neorrealismo, e à semelhança do Realismo, para os Estados não existem amigos ou inimigos permanentes, apenas interesses permanentes. Por outras palavras, o GG poderá não apenas tornar-se o novo eixo de comércio da China com o Ocidente, mas, simultaneamente, constituir um espaço de ensaio para novas ambições geopolíticas de uma potência (re)emergente. Do mesmo modo, num contexto de anarquia, a procura de novos aliados poderá ser uma das maiores garantias de segurança e sobrevivência do PCC, cuja legitimidade tem diminuído substancialmente aos olhos dos chineses. Se, por um lado, os países do GG não prescindem da presença nos tradicionais sistemas de cooperação ocidental, por outro, evidenciam interesse em estarem incluídos num sistema alternativo, paulatinamente desenvolvido pela China, como evidencia o sucesso do Consenso de Pequim.

Por fim, importa sublinhar que, no que concerne à presença da China no GG, existe um amplo e diverso caminho para futuras investigações. Em particular, afigura-se interessante e promissor continuar a acompanhar de que forma a influência chinesa poderá ser afetada (ou não) pelo crescimento da sinofobia na região ou se, pelo contrário, será capaz de continuar a expandir a sua influência no Atlântico. Do mesmo modo, será relevante que futuros trabalhos analisem de que forma o papel da China se desenvolverá *vis-à-vis* o dos EUA, ou até mesmo o da UE. A este respeito, é impossível negar a relativa importância que os EUA ou a UE mantêm para o GG. Mesmo tendo a China aproveitado astutamente um vazio de poder, não significa que este esteja isento de competição, como evidenciam o Consenso de Washington e o Consenso de Pequim.

## ANEXOS

### 1- Primeira Cadeia de Ilhas.



Fonte: Departamento de Defesa dos EUA, 2021

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes Primárias:

Anyimadu, A. (2013). "Maritime Security in the Gulf of Guinea: Lessons Learned from the Indian Ocean". Chatam House. [https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Africa/0713pp\\_maritim\\_eseurity\\_0.pdf](https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Africa/0713pp_maritim_eseurity_0.pdf)

Aspinwall, M. "The Atlantic Geopolitical Space: common opportunities and challenges: Synthesis Report of a conference jointly organised by DG Research and Innovation and BEPA, European Commission". Comissão Europeia. [https://espas.secure.europarl.europa.eu/orbis/sites/default/files/generated/document/en/atlantic-conference-report\\_en.pdf](https://espas.secure.europarl.europa.eu/orbis/sites/default/files/generated/document/en/atlantic-conference-report_en.pdf)

Assembleia Geral das Nações Unidas (2006). "Implementation Of General Assembly Resolution 60/251 Of 15 March 2006 Entitled "Human Rights Council". Assembleia Geral das Nações Unidas. <https://digitallibrary.un.org/record/577713>

Bosshard, P. (2007). "China's Role in Financing African Infrastructure". International Rivers Network. [https://www.iese.ac.mz/lib/saber/fd\\_384.pdf](https://www.iese.ac.mz/lib/saber/fd_384.pdf)

Boyuan, C. (2014). "Chinese company completes Nigeria railway project". China.org.cn. [http://www.china.org.cn/business/2014-12/02/content\\_34207832.htm](http://www.china.org.cn/business/2014-12/02/content_34207832.htm)

Comité Central do Partido Comunista da China (CCCPC) (2011). "The 12th FiveYear Plan For Economic And Social Development Of The People's Republic Of China". Central Committee of the Communist Party of China. [http://www.csrc.gov.cn/pub/csrc\\_en/newsfacts/release/201210/W020121010631355001488.pdf](http://www.csrc.gov.cn/pub/csrc_en/newsfacts/release/201210/W020121010631355001488.pdf)

Comité Central do Partido Comunista da China (CCCPC) (2016). "The 13th FiveYear Plan For Economic And Social Development Of The People's Republic Of China". Central Committee of the Communist Party of China. <https://en.ndrc.gov.cn/policies/202105/P020210527785800103339.pdf>

Congresso Nacional Popular da RPC (2013). "President Xi Jinping vows to bring benefits

to people in realizing ‘Chinese dream’”. Congresso Nacional Popular da RPC. <http://www.npc.gov.cn/zgrdw/englishnpc/NPCChina/>

Connolly, G. (2020). “The Rise Of China: Implications For Global And Euro-Atlantic Security”. NATO Political Committee. <https://www.nato-pa.int/download-file>

Departamento de Estado dos EUA (2021). “U.S. Relations With Nigeria”. Departamento de Estado dos EUA. <https://www.state.gov/u-s-relations-with-nigeria/>

Embaixada da China na Etiópia. (2015). “The Special Envoy of the Chinese Government and Vice Foreign Minister Zhang Ming Meets with Chairperson Nkosazana DlaminiZuma of African Union Commission (AUC)”. Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China. [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjbxw/t1233843.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/t1233843.shtml)

EU External Action (2021). “EU Maritime Security Factsheet: The Gulf of Guinea”. EU External Action. [https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-maritime-security-factsheet-gulf-guinea\\_en](https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-maritime-security-factsheet-gulf-guinea_en)

IFCN (s./d.). “A Macaronésia”. IFCN. <https://ifcn.madeira.gov.pt/30-biodiversidade/158-a-macaronesia.html>

Instituto das Economias em Desenvolvimento: Organização de Comércio Externo do Japão. (IDE-JETRO), (s./d.). “China in Africa: China’s Energy Footprint in Africa”. Institute of Developing Economies: Japan External Trade Organization (IDE-JETRO). [https://www.ide.go.jp/English/Data/Africa\\_file/Manualreport/cia\\_07.html](https://www.ide.go.jp/English/Data/Africa_file/Manualreport/cia_07.html)

Instituto Nacional de Estatística da China (NBSC) (2020). “China Statistical Yearbook”. National Bureau of Statistics of China. <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2020/indexeh.htm>

Lusa (2021). “Pequim Condena Países que boicotam Jogos Olímpicos de Inverno de 2022”. TSF. <https://www.tsf.pt/mundo/vao-pagar-o-preco-pequim-condena-paises-que-boicotam-jogos-olimpicos-de-inverno-de-2022-14391359.html>

Mañe, D. (2005). “Emergence of the Gulf of Guinea in the Global Economy: Prospects and Challenges”. IMF Working Paper: Office of the Executive Director – Africa. 05/235. <https://poseidon01.ssrn.com/delivery.php?ID=668089000120106030081011005082101>

Ministério da Defesa Reino Unido (2004). “British Maritime Doctrine”. Ministério da

Defesa Reino Unido, 2004.

Ministério dos Negócios Estrangeiros da China (2013). “President Xi Jinping Delivers Important Speech and Proposes to Build a Silk Road Economic Belt with Central Asian Countries”. Ministério dos Negócios Estrangeiros da China. <https://www.mfa.gov.cn/ce/cegy/eng/zgyw/t1076334.htm>

Nairametrics (2022). “Largest developments in the Lekki Free Trade Zone”. Nairametrics. <https://nairametrics.com/2022/03/28/largest-developments-in-the-lekki-free-trade-zone/>

Observatório da língua portuguesa (2016). “O grupo do G7 de Amigos do Golfo da Guiné” Observatório da língua portuguesa. <https://observalinguaportuguesa.org/o-grupo-do-g7-de-amigos-do-golfo-da-guine/>

OIM (2021). “The Overseas Chinese: A long history”. UNESCO. <https://en.unesco.org/courier/2021-4/overseas-chinese-long-history#:~:text=There%20are%20more%20than%2010.7,of%20immigration%20in%20the%20world.>

Secretaria de Estado da Defesa dos EUA (2020). “Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China 2020: Annual Report to Congress”. Office of the Secretary of Defense of The United States of America. <https://media.defense.gov/2020/Sep/01/2002488689/-1/-1/1/2020-DOD-CHINA-MILITARY-POWER-REPORT-FINAL.PDF>

The State Council Information Office of the People’s Republic of China (SCIOPRC) (2015). “China’s National Defense in the New Era”. The State Council of the People’s Republic of China. <https://jamestown.org/wp-content/uploads/2016/07/China%E2%80%99s-Military-Strategy-2015.pdf>

The State Council Information Office of the People’s Republic of China (SCIOPRC) (2019). “China’s National Defense in the New Era”. The State Council of the People’s Republic of China. [http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content\\_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html](http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html)

UK Foreign, Commonwealth & Development Office (2022). "Group of Friends of the Gulf of Guinea (G7 ++ FoGG): 2nd Ministerial Session 2021, final report". Gov.uk. <https://www.gov.uk/government/publications/group-of-friends-of-the-gulf-of-guinea-g7-fogg-2nd-ministerial-session-2021-final-report>

Viegas, P. (2016). "19 anos depois, São Tomé troca Taiwan pela China". Diário de Notícias. <https://www.dn.pt/mundo/19-anos-depois-sao-tome-troca-taiwan-pela-china-5565650.html>

Wang, Y. (2022). "China and Africa: Strengthening Friendship, Solidarity and Cooperation for a New Era of Common Development". Ministério dos Negócios Estrangeiros RPC. [https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx\\_662805/202208/t20220819\\_10745617.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202208/t20220819_10745617.html)

Xi, J. (2021). "Keynote speech by Chinese President Xi Jinping at opening ceremony of 8th FOCAC ministerial conference". Forum on China- Africa Cooperation. [http://www.focac.org/eng/gdtp/202112/t20211202\\_10461080.htm](http://www.focac.org/eng/gdtp/202112/t20211202_10461080.htm)

#### Fontes Secundárias:

Abdenur, A.; Neto, D. (2013). "La creciente influencia de China en el Atlántico Sur China's growing role in the South Atlantic" *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*". 102-103, 169-197. <https://www.jstor.org/stable/23611592>

Alden, C. (2005). "China in Africa". *Survival*. 47(3), pp.147-164. [https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00396330500248086?casa\\_token=pvslvz5faIEAAAAA%3AmVKyPoHybFnOC2L\\_R3k8cDeI85dbq1D5\\_9WzXBURGuJ8YsE\\_HkkOIRAtaWYPCWipEluQ1z4W1rfNw](https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00396330500248086?casa_token=pvslvz5faIEAAAAA%3AmVKyPoHybFnOC2L_R3k8cDeI85dbq1D5_9WzXBURGuJ8YsE_HkkOIRAtaWYPCWipEluQ1z4W1rfNw)

Ali, K. (2014). "Maritime Security Cooperation In The Gulf Of Guinea: Prospects And Challenges". University of Wollongong Thesis Collections. <https://brill.com/view/title/26985>

Allen, F. (2012). "Oil and Security in the Gulf of Guinea: Reflections on the External and Domestic Linkages". *Journal of Sustainable Development*. 5(4), pp. 132-140. <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.849.8041&rep=rep1&type=pdf>

Amadeu, K. (2022). "Bretton Woods System and 1944 Agreement". *The Balance*.

<https://www.thebalance.com/bretton-woods-system-and-1944-agreement-3306133>

Babatunde, M. (2020). "Promoting Connectivity of Infrastructure in the Context of One Belt, One Road Initiatives: Implications for Africa in the Fourth Industrial Revolution". Em "Fostering Trade in Africa". pp.111-151. [https://www.researchgate.net/publication/339811986\\_Promoting\\_Connectivity\\_of\\_Infrastructure\\_in\\_the\\_Context\\_of\\_One\\_Belt\\_One\\_Road\\_Initiatives\\_Implications\\_for\\_Africa\\_in\\_the\\_Fourth\\_Industrial\\_Revolution](https://www.researchgate.net/publication/339811986_Promoting_Connectivity_of_Infrastructure_in_the_Context_of_One_Belt_One_Road_Initiatives_Implications_for_Africa_in_the_Fourth_Industrial_Revolution)

Baik, J. (2019). "One Belt One Road and the geopolitics of empire". *Inter-Asia Cultural Studies*. 20(3), pp. 358-376. <https://www.tandfonline.com/action/showCitFormats?doi=10.1080%2F14649373.2019.1649013>

Banchani, J. (2016). "The Relevance of the Gulf of Guinea in Global Energy Politics". *African Security Review*. 25(4), pp. 420-426. [https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10246029.2016.1225585?casa\\_token=c5yliVD\\_iLwAAAAA%3AGk2oyybAYFxtPQyYv-boNi5XII15YM-Hzh02D6sEUyK40YAHNLW94bPyVFkcMuynIEaLITleGc4tw](https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10246029.2016.1225585?casa_token=c5yliVD_iLwAAAAA%3AGk2oyybAYFxtPQyYv-boNi5XII15YM-Hzh02D6sEUyK40YAHNLW94bPyVFkcMuynIEaLITleGc4tw)

Berkofsky, A. (2016). "'The Chinese dream' and Chinese Foreign and Security Policies- Rosy Rhetoric versus Harsh Realities". *Asia Pacific Review*. 23(2). pp. 109–128. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13439006.2016.1244963>

Brito., A. Et al. (2019). "A Energia na Europa". Público. <https://www.publico.pt/2019/10/15/infografia/energia-europa-379>

Cabestan, J. (2020). "China's Djibouti naval base increasing its power". *East Asian Forum*. <https://www.eastasiaforum.org/2020/05/16/chinas-djibouti-naval-base-increasing-its-power/>

Chatzky, A. e McBride, J. (2020). "China's Massive Belt and Road Initiative". *Council on Foreign Relations*. <https://www.cfr.org/backgrounders/chinas-massive-belt-and-road-initiative>

Crabtree, J. (2018). "The Island Paradise that Could Be China's next strategic transport Hub". *CNBC*. <https://www.cnbc.com/2018/01/17/china-transport-hub-could-be-the-african->

island-of-sao-tome.html

Duarte, P. (2014). "Metamorfoses no Poder: Rumor à Hegemonia do Dragão?" Lisboa: Chiado Editora.

Ehizuelen, M. (2017). "More African countries on the route: the positive and negative impacts of the Belt and Road Initiative". *Transnational Corporations Review*. 9(4), pp. 341-359. <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/19186444.2017.1401260?needAccess=true>

Ericson, D. (2021). "Atlantic Ocean". *Britannica*. <https://www.britannica.com/place/Atlantic-Ocean>

Esteban, M. (2017). "The foreign policy of Xi Jinping after the 19th Congress: China strives for a central role on the world stage". *Real Instituto Elcano*. <https://www.realinstitutoelcano.org/en/analyses/the-foreign-policy-of-xi-jinping-after-the-19th-congress-china-strives-for-a-central-role-on-the-world-stage/>

Fan, J. (2020). "Railway Network Planning for African Continent Under the Background of "the Belt and Road ". 2020 International Conference on Social and Human Sciences (ICSHS2020). Pp.1151-1156. [http://proceedings-online.com/proceedings\\_series/SHSOCIALS/ICSHS2020/emss08184.pdf](http://proceedings-online.com/proceedings_series/SHSOCIALS/ICSHS2020/emss08184.pdf)

Galchu, J. (2018). "The Beijing consensus versus the Washington consensus: The dilemma of Chinese engagement in Africa". *African Journal of Political Science and International Relations*. 12(1), pp.1-9. <https://academicjournals.org/journal/AJPSIR/article-abstract/EA2069655609>

Garcia, F. (2017). "O Espaço do Atlântico e os Principais Desafios à Segurança". *Revista de Ciências Militares*. 5(2), 95-116. [https://www.ium.pt/s/wp-content/uploads/CIDIUM/Revista%20Ci%C3%A7ncias%20Militares/RCM%20Vol.%20V%20N.%20C2%BA2%20-%20Francisco%20Garcia%20-%20nov.%202017%20-%20The%20Atlantic%20Space%20...%20\(Ing\).pdf](https://www.ium.pt/s/wp-content/uploads/CIDIUM/Revista%20Ci%C3%A7ncias%20Militares/RCM%20Vol.%20V%20N.%20C2%BA2%20-%20Francisco%20Garcia%20-%20nov.%202017%20-%20The%20Atlantic%20Space%20...%20(Ing).pdf)

Gill, B. (2020). "China's Global Influence: Post-COVID Prospects for Soft Power". *The Washington Quarterly*. 43(2). pp. 97-115. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0163660X.2020.1771041>

Goldstein, L. et al. (2006). "Maritime Geostrategy and The Development Of The Chinese Navy In The Early Twenty-First Century". *Naval War College Review*. 59(4), pp. 46-67. <https://www.jstor.org/stable/pdf/26396769.pdf?refreqid=excelsior%3A1a1a0f0867b66b30e3e7f76317167160>

Goldstein, L. (2017). "Beijing at Sea: Is China Crafting an Atlantic Maritime Strategy?". *The National Interest*. <https://nationalinterest.org/feature/beijing-sea-china-crafting-atlantic-maritime-strategy-19622>

Goldstein, L. (2021). "That's Weird: Could China Be Getting an Atlantic Fleet?". *The National Interest*. <https://nationalinterest.org/blog/reboot/thats-weird-could-china-be-getting-atlantic-fleet-185492>

Gratius, S. (2015). "Political, social and cultural trends in the Atlantic". *Atlantic Future Scientific Paper*. 35. [https://www.academia.edu/15958642/Political\\_social\\_and\\_cultural\\_trends\\_in\\_the\\_Atlantic](https://www.academia.edu/15958642/Political_social_and_cultural_trends_in_the_Atlantic)

Holmes, J. & Yoshihara, T. (2005). "The Influence Of Mahan Upon China's Maritime Strategy". *Comparative Strategy*. 24:1, 23-51. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01495930590929663>

Guo, S. (2006). "Introduction: Challenges and Opportunities for China's "Peaceful Rise"". *China's Peaceful Rise in the 21st Century: Domestic and International Conditions*. 1ª edição. Ashgate Publishing.

Holmes, J. (2021). "Why does China Want a Naval Base in the Atlantic Ocean?". 1945. <https://www.19fortyfive.com/2021/05/why-does-china-want-a-naval-base-in-the-atlantic-ocean/>

Hua, X. (2022). "Xi Focus: Xi stresses unity of Chinese at home, abroad to pool strength for rejuvenation". *Xinhua*. <https://english.news.cn/20220730/fc3a00ba0e264b56a7123ed42cc927b3/c.html>

Israel, o. (2014). "Railway: The return of the economic live wire!". *Vanguard*. <https://www.vanguardngr.com/2014/03/railway-return-economic-live-wire/>

Jian, J. (2018). "Africa in the Maritime Silk Road: Challenges and Prospects". *Em Mayer*,

M. (ed.) "Rethinking the Silk Road"(pp.99-114). 1ªedição. Palgrave Macmillan, 16 Singapura.  
[https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/978-981-10-5915-5\\_6.pdf](https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/978-981-10-5915-5_6.pdf)

Kaushik, K. (2019). "Explained: What is Blue Water Force?". The Indian Express.  
<https://indianexpress.com/article/explained/explained-what-is-blue-water-force-6153312>

Kelley, J. (2011). "China in Africa: Curing the Resource Curse with Infrastructure and Modernization". Sustainable Development Law and Policy. 12(3), pp.35-41.  
<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/sdIp12&div=44&id=&page=>

Klare, M. & Volman, D. (2006). "America, China & the Scramble for Africa's Oil". Review of African Political Economy. 33(108), pp. 297-309.  
[https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03056240600843048?casa\\_token=DK692CZ7vyMAAAA%3A-Nx-uZp1ksV0CSIFmPg7Hc0h2VmJGcpU2rDFQRP71ChfEqpHve5mMrHhNAE8uXuVP7vcV\\_rODtkAJA](https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03056240600843048?casa_token=DK692CZ7vyMAAAA%3A-Nx-uZp1ksV0CSIFmPg7Hc0h2VmJGcpU2rDFQRP71ChfEqpHve5mMrHhNAE8uXuVP7vcV_rODtkAJA)

Lammers, E. (2007). "How will the Beijing Consensus benefit Africa? – China and Africa". The Broker. <https://www.thebrokeronline.eu/how-will-the-beijing-consensus-benefit-africa/>

Leal, M. (2021). "South Atlantic: The role and regional security faced with the projection and construction of power by the United States and China". CEEEP.  
[https://ceep.mil.pe/wp-content/uploads/2021/09/CEEP-2021\\_South-Atlantic-The-role-and-regional-security-faced-with-the-projection-and-construction-of-power-by-the-US-and-C.pdf](https://ceep.mil.pe/wp-content/uploads/2021/09/CEEP-2021_South-Atlantic-The-role-and-regional-security-faced-with-the-projection-and-construction-of-power-by-the-US-and-C.pdf)

Lim, A. (2015). "Africa and China's 21st Century Maritime Silk Road". The Asia-Pacific Journal. 13(10). [https://apjff.org/site/make\\_pdf/4296](https://apjff.org/site/make_pdf/4296)

Liu, C. (2014). "Reflections on Maritime Partnership: Building the 21st Century Maritime Silk Road". China Institute of International Studies.  
[https://web.archive.org/web/20150403001146/http://www.ciis.org.cn/english/2014-09/15/content\\_7231376.htm](https://web.archive.org/web/20150403001146/http://www.ciis.org.cn/english/2014-09/15/content_7231376.htm)

Liu, Y. (2021). "China-Africa Joint Contribution of the BRI is on the Momentum". Mission of the People's Republic of China to the African Union.

[http://au.fmprc.gov.cn/eng/sghd\\_1/t1846707.htm](http://au.fmprc.gov.cn/eng/sghd_1/t1846707.htm)

Lokanathan, V. (2020). "China's Belt and Road Initiative: Implications in Africa". *Observer Research Foundation: Issue Brief*. 395, pp.1-11-  
<https://www.orfonline.org/research/chinas-belt-and-road-initiative-implications-in-africa/>

Mahan, A. (1890). "The Influence of Sea Power upon History". Project Gutenberg, 2004.

Martin, W. (1972). "The Hermeneutic Circle and the Art Of Interpretation". *Comparative Literature*. 24 (2), pp.97-117.  
[https://www.jstor.org/stable/1769963?seq=1#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/1769963?seq=1#metadata_info_tab_contents)

Martinson, R. (2016). "The 13th Five-Year Plan: A New Chapter in China's Maritime Transformation". *China Brief*. 16(1), pp.14-17. <https://jamestown.org/program/the-13th-five-year-plan-a-new-chapter-in-chinas-maritime-transformation/>

Martinson, R. (2019). "China as an Atlantic Naval Power". *The RUSI Journal*. 164(7), pp. 18-31.  
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03071847.2019.1700684?journalCode=rusi20>

Masucol, E. (2018). "China in Africa: New Imperialism?". *The Texas Orator*.  
<https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/69206/China%20in%20Africa%20New%20Imperialism%20%20%20The%20Texas%20Orator.pdf?sequence=2>

McKinnon, R. (2010). "China in Africa: the Washington Consensus versus the Beijing Consensus". Stanford University.  
[https://web.stanford.edu/~johntayl/McKinnon%20Review%202%20\\_2\\_.pdf](https://web.stanford.edu/~johntayl/McKinnon%20Review%202%20_2_.pdf)

Mohan, G. (2009). "Africa, China and the 'new' economic geography of development". *Singapore Journal of Tropical Geography*, 30(1) pp. 24–28.  
<http://oro.open.ac.uk/15352/>

Murphy, D. (2022). "China's rise in the Global South: The Middle East, Africa, and Beijing's alternative world order". Stanford University Press.

Mvomo, W. & Ukeje, C. (2013). "African approaches to Maritime security". Friedrich

Ebert Stiftung: Peace and Security Series. <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/nigeria/10398.pdf>

Nunes, C. (2011) "O Golfo da Guiné e a Segurança Energética dos EUA e da China". Universidade Nova de Lisboa. [https://run.unl.pt/bitstream/10362/16296/1/Tese\\_Doutoramento%2027dez.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/16296/1/Tese_Doutoramento%2027dez.pdf)

Nunes, C. (2015). "O Golfo da Guiné e o abastecimento energético de Portugal". *Relações Internacionais*. 46, pp. 61-82. [http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri46/n46a05.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri46/n46a05.pdf)

Nye, J. (2009). "Smart Power". *New Perspectives Quarterly*. 26(2), pp. 7-9. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-5842.2009.01057.x>

Onuoha, G. (2009) "Energy and security in the Gulf of Guinea: a Nigerian perspective". *South African Journal of International Affairs*. 16(2), pp. 245-264. <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/10220460903269008?needAccess=true>

Osnos, E. (2013). "Can China deliver the China Dream(s)?" *The New Yorker*. <https://www.newyorker.com/news/evan-osnos/can-china-deliver-the-china-dreams>

Oxford (1989). "Soft Loans". *Oxford English Dictionary*.

PWC (2020). "Evaluating Nigeria's Gas Value Chain". PWC. <https://www.pwc.com/ng/en/assets/pdf/evaluating-nigeria-gas-value-chain.pdf>

Rupp, S. (2013). "Ghana, China, and the Politics of Energy". *African Studies Review*. 56(1), pp. 103-130. <https://www.cambridge.org/core/journals/african-studies-review/article/ghana-china-and-the-politics-of-energy/C2E08C4F907DDEE36520A7E4EE0B9141>

Scott, D. (2007). "China Stands Up: The PRC and the International System". Routledge.  
Seibel, K. & Zhou, H. (2015). "Maritime Insecurity in the Gulf of Guinea: A Greater Role for China?" *China Brief*. 15(1), pp.1-18. <https://jamestown.org/program/maritime-insecurity-in-the-gulf-of-guinea-a-greater-role-for-china/>

Sempa, F. (2014). "The Geopolitical Vision of Alfred Thayer Mahan". *The Diplomat*. <https://thediplomat.com/2014/12/the-geopolitical-vision-of-alfred-thayer-mahan/>

Shilliam, R. (2009). "The Atlantic as a vector of uneven and combined development". *Cambridge Review of International Affairs*. 22:1, 69-88. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09557570802683904>

Silva, A. & Marcondes, D. (2019). "Globalização, Segurança e Defesa no Atlântico Sul". *Nação e Defesa*. 154, pp.69-88. [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/32224/4/SILVAAntonioRuyAlmeida\\_MARCONDES Danilo\\_Globaliza%C3%A7%C3%A3oseguran%C3%A7aedefesanoAtl%C3%A2nticoSul\\_ND\\_154\\_p\\_69\\_88.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/32224/4/SILVAAntonioRuyAlmeida_MARCONDES Danilo_Globaliza%C3%A7%C3%A3oseguran%C3%A7aedefesanoAtl%C3%A2nticoSul_ND_154_p_69_88.pdf)

Simões, J. (2021). "União Europeia, Portugal E Golfo Da Guiné". Instituto Universitário Militar Departamento De Estudos Pós-Graduados. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/36167/1/UNI%C3%83O%20EUROPEIA%2C%20PORTUGAL%20E%20GOLFO%20DA%20GUIN%C3%89.pdf>

Sousa, I. (2014). "Maritime Territorial Delimitation and Maritime Security in the Atlantic". *Atlantic Future Scientific Paper*. 7. [http://www.atlanticfuture.eu/files/325-ATLANTIC%20FUTURE\\_07\\_Maritime%20Security%20in%20the%20Atlantic.pdf](http://www.atlanticfuture.eu/files/325-ATLANTIC%20FUTURE_07_Maritime%20Security%20in%20the%20Atlantic.pdf)

Struye, T. (2008). "China and World Politics". CIACO.

Telbami, S. (2002). "Kenneth Waltz, Neorealism, and Foreign Policy". *Security Studies*. 11(3), pp.158-170. [https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/714005344?casa\\_token=U86IK7WKVmcAAA:AA:2QYsBJoAhcu\\_fR2oMd3MkKawpGlzGGmSmkgJ-uE4wcVvP8H2cuo8eKht\\_5\\_OEXuvF116kW1XE-n-Dw](https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/714005344?casa_token=U86IK7WKVmcAAA:AA:2QYsBJoAhcu_fR2oMd3MkKawpGlzGGmSmkgJ-uE4wcVvP8H2cuo8eKht_5_OEXuvF116kW1XE-n-Dw)

Tiezzi, S. (2015). "What's It Like to Have China Build You a Port? Ask Cameroon". *The Diplomat*. <https://thediplomat.com/2015/02/whats-it-like-to-have-china-build-you-a-port-ask-cameroon/>

Till, G. (2012). "Sea Power and the Asia-Pacific: The Triumph of Neptune?". Routledge, 2012

The Economic Times (s./d.). "What is 'Soft Loans'". *The Economic Times*. <https://economictimes.indiatimes.com/definition/soft-loans>

The Economist (2013). "The New Masters and Commanders". The Economist. <https://www.economist.com/international/2013/06/08/the-new-masters-and-commanders>

Ukaogo, V. (2012). "Global Oil, the new Scramble, Sino-American Posturing and the new Dimensions of Insecurity in the Gulf of Guinea". University of Nigeria. [https://www.researchgate.net/publication/338684228\\_Global\\_Oil\\_the\\_new\\_Scramble\\_Sino-American\\_Posturing\\_and\\_the\\_new\\_Dimensions\\_of\\_Insecurity\\_in\\_the\\_Gulf\\_of\\_Guinea](https://www.researchgate.net/publication/338684228_Global_Oil_the_new_Scramble_Sino-American_Posturing_and_the_new_Dimensions_of_Insecurity_in_the_Gulf_of_Guinea)

Vários. (2018). "The Portuguese-speaking countries well positioned for Belt and Road Initiative". China Lusophone Brief. <https://www.clbrief.com/the-portuguese-speaking-countries-well-positioned-for-belt-and-road-initiative/>

Walt, S. (1998). "International Relations: One World, Many Theories". Foreign Policy. 110, pp. 29-46. [https://www.jstor.org/stable/1149275?seq=1#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/1149275?seq=1#metadata_info_tab_contents)

Waltz, K. (1988). "The Origins of War in Neorealist Theory". The Journal of Interdisciplinary History. 18(4), pp. 615-628. [https://www.jstor.org/stable/204817?seq=2#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/204817?seq=2#metadata_info_tab_contents)

Waltz, K. (1990). "Realist Thought And Neorealist Theory". Journal of International Affairs. 44(1), pp. 21-37. [https://www.jstor.org/stable/24357222?seq=1#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/24357222?seq=1#metadata_info_tab_contents)

Wu, Z. (2021). "Grand strategy and China's sea power: A review essay". Journal of Strategic Studies. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01402390.2021.1903883>

Xinfeng, L., Chunyu, Z., & Mengying, Z. (2017). "China's Role in Peace and Security Cooperation in the Gulf of Guinea Region". China International Studies. 66, pp. 45-58. <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/chintersd66&div=6&id=&page=>

Xu, Y. (2008). "China and the United States in Africa: Coming Conflict or Commercial Coexistence?". Australian Journal of International Affairs. 62(1), pp.16-37. <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/10357710701842660?needAccess=true>

Yachyshen, D. (2020). "The Chinese Scramble for the Gulf of Guinea". University of Colorado Boulder: College of arts and Sciences- Political Science.

<https://www.colorado.edu/polisci/2020/01/22/chinese-scramble-gulf-guinea>

Yu, L. (2018). "China's Expanding Security Involvement in Africa: A Pillar for 'China–Africa Community of Common Destiny'". *Global Policy*. 9, pp.489-500. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1758-5899.12585>

Zhang, P. (2019). "Belt and Road in Latin America: A Regional Game Changer?". Atlantic Council. <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/issue-brief/belt-and-road-in-latin-america-a-regional-game-changer>

Zhou, H.& Seibel, K. (2015). "Maritime Insecurity in the Gulf of Guinea: A Greater Role for China?". *China Brief*. 15(1). <https://eprints.soas.ac.uk/31337/1/index.html>